

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Cristiano Bento da Silva

Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de
construção da Usina Hidrelétrica de Marabá

MARABÁ-PA

2012

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Cristiano Bento da Silva

Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de
construção da Usina Hidrelétrica de Marabá

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário de Marabá, como requisito para
obtenção do grau de licenciatura Plena e
bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Msc. Bruno C. Pereira Malheiro.

MARABÁ-PA

2012

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Cristiano Bento da Silva

Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de licenciatura Plena e bacharel em Ciências Sociais.

Data de aprovação:

Banca examinadora

Prof. Msc. Bruno Cezar. Pereira Malheiro (Orientador).

Prof.^a Msc. Simone Cristina Contente Padilha (Avaliadora Interna).

Prof. Msc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva (Avaliador externo).

Conceito:

DEDICATÓRIA

À minha família: irmãos, irmã, pai, e, em especial, à minha mãe, que nos ensinou e incentivou a perseverar em nossos objetivos. Mais do que isto, ela foi o esteio por excelência de todas as nossas conquistas, acadêmicas ou não.

AGRADECIMENTOS

Este é o instante que considero mais intranquilo de todos. É difícil abordar a totalidade dos momentos da minha trajetória acadêmica e, mais complicado ainda, é contemplar todas as pessoas que compuseram este percurso com os devidos agradecimentos. Contudo, vou me esforçar para, pelo menos, sumariar aqueles instantes e aquelas pessoas fundamentais.

Inicio agradecendo ao meu amigo Mário Augusto (mais conhecido como “Frevo”), por ter dado vazão à idéia de compor um grupo de estudos, no ano de 2006, quando ainda éramos do cursinho. Naqueles tempos difíceis de enfrentamento do vestibular a idéia foi bem aceita e exitosa, pois tanto Carol, Marcos, “Frevo” e eu conseguimos chegar à universidade pública (UFPA). A idéia do “Frevo” e nossos esforços nos fizeram vitoriosos.

Meus agradecimentos, outrossim, àquelas pessoas que se tornaram, para além de colegas de turma, amigos os quais nunca me negaram incentivos. Por isso, a todos da turma de Ciências Sociais 2007 eu agradeço, porque parte da história deles, nestes cinco anos, esteve conectada à minha.

Agradeço ao professor Bruno Malheiro por ter aceitado a missão de me orientar e, também, por ter permitido a minha inserção no Programa de Educação Tutorial (PET), do curso de Educação do Campo, grupo de estudos que ele mesmo coordena. Agradeço às Mayra, Adriele, Josilene e Adriana, por me receberem tão gentilmente naquele grupo e pelas discussões acaloradas que protagonizamos.

Antes de compor o referido grupo de estudos desenvolvi atividades de extensão na condição de bolsista. Bolsa que adquiri por meio da prof.^a. Joseline Trindade, que também compunha este projeto. Não posso, porém, me furtar a agradecê-la, visto que também participou do meu diálogo com o prof. Bruno Malheiro (que coordenava as atividades de extensão) na tentativa de que tudo corresse a meu favor.

Gostaria de agradecer às pessoas que integram o Movimento Debate e Ação (MDA), por proporcionar a abertura do debate e sempre me convidar, gentilmente, para os eventos que organizam. Agradeço, em especial, ao Thiago M. Cruz, por já ter elaborado trabalho (TCC) a respeito desta hidrelétrica prevista para a região de Marabá e socializado comigo sua pesquisa, além de vários outros materiais que subsidiaram a minha discussão.

Fundamental, também, foi o apoio da Simone. Mais que isso, recaiu sobre ela as minhas angústias, dificuldades e reclames de limitações em relação à pesquisa. Por várias vezes contei com a sua presença, a qual foi e continua sendo de grande valia. Obrigado por ter

essa predisposição de me compreender e de me socorrer nos piores momentos que passei.

Considero um momento de grande importância para esta pesquisa e para mim, enquanto pesquisador, o tempo dedicado à coleta empírica de dados. Momento este em que fui muito bem acolhido pela comunidade de Apinagés, sobretudo, pela família Bernardo. Agradeço-os pela gentileza da estadia e também por terem sido excelentes anfitriões.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CONTEXTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ.....	16
	2.1 PENSANDO A FRONTEIRA: A AMAZÔNIA EM DISPUTA?.....	16
	2.2 SUDESTE DO PARÁ: SIMULTANEIDADE DE PROJETOS CONTRADITÓRIOS..	18
	2.2.1 Projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá nas estratégias do Estado e de empresas.....	23
	2.2.2 Contexto regional: IIRSA e PAC.....	28
3	ARRANJO DE RELAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO ENGENDRADAS PELO AHE MARABÁ.....	35
	3.1 ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DE MARABÁ.....	43
4	AHE MARABÁ EM DESTAQUE: DISSONÂNCIAS ENTRE O DISCURSO HEGEMÔNICO DAS ÁGUAS E DOS ATORES SOCIAIS LOCAIS.....	50
	4.1 DESCONSIDERANDO A EXISTÊNCIA HUMANA: A HIDRELÉTRICA DE MARABÁ NO DISCURSO.....	51
	4.2 AHE MARABÁ: VOZES DESCONSIDERADAS.....	57
5	APINAGÉS NAS MEMÓRIAS: A PERMANÊNCIA DO LUGAR É CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE UMA TERRITORIALIDADE JÁ CONSOLIDADA.....	63
	5.1 VIDAS E HISTÓRIAS: A APINAGÉS DAS LEMBRANÇAS E DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	63
	5.1.2 Formas alternativas de uso racional das águas: Apinagés e a relação com o rio.....	67
	5.1.3 Apinagés na resistência à desterritorialização: “não” à Usina Hidrelétrica de Marabá.....	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	79
	APENDICE.....	82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1- MATÉRIA DE JORNAL MENCIONANDO SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.....	53
FIGURA 2- VISTA PANORÂMICA DE APINAGÉS.....	64
FIGURA 3- PORTO DE APINAGÉS EM ÉPOCA DE CHEIA DO RIO TOCANTINS.....	68
FIGURA 4 –ESPAÇO DE REUNIÕES DOS PESCADORES DA COMUNIDADE.....	70
FIGURA 5-ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ATIVIDADE PESQUEIRA.....	71

GRÁFICOS

GRÁFICO 1- RETRATO DA DESINFORMAÇÃO.....	46
GRÁFICO 2- IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DO RIO.....	69
GRÁFICO 3- OPINIÕES ACERCA DO AHE MARABÁ.....	74

MAPAS

MAPA 1– MAPA DAS COMUNIDADES QUE PODEM SER IMPACTADAS PELO LAGO DA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ.....	58
---	----

TABELAS

TABELA 1- TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE.....	66
TABELA 2- PARENTES RESIDINDO NA COMUNIDADE.....	67
TABELA 3- IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE FLUVIAL.....	68
TABELA 4- INTENÇÃO DE SAIR DA COMUNIDADE.....	73

1. INTRODUÇÃO

Antes de tecer as linhas que irão demonstrar o substrato deste trabalho, considera-se prudente regressar à gênese do mesmo, isto é, rememorar a sua matriz originária. Ele começou a adquirir contornos reais a partir de pesquisas teóricas e empíricas no âmbito do projeto de extensão “As margens do rio e nas margens sociais: representações e educação ambiental das comunidades ameaçadas pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá”¹, no correr do ano 2010. Projeto este do curso de Educação do Campo, mas extremamente relevante para outras áreas do saber, o que não torna a sua temática menos fértil, também, para as Ciências Sociais.

A partir de então, começou-se a se desenhar certo interesse em aprofundar os estudos sobre a temática referente à construção do projeto de Aproveitamento² Hidrelétrico na cidade de Marabá: o famigerado AHE Marabá.

E, ainda mais atraente, foi o fato do projeto de extensão supracitado ter uma perspectiva de análise, também, dos sujeitos locais, das suas narrativas, formas de vida, territorialidades e, ao mesmo tempo, objetivava fazer com que essas formas de vida invisibilizadas historicamente, fossem, por seu turno, salientadas/ evidenciadas. Ou seja, a idéia sempre foi focalizar os sujeitos desfocalizados ou tidos como ausentes por aqueles que reivindicam a região para instalar grandes empreendimentos econômicos.

¹No período de vigência, o projeto de extensão supracitado esteve sob a coordenação do professor Msc. Bruno Cezar Pereira Malheiro. Minha inserção nele ocorreu em Julho de 2010. Desde então, viemos desenvolvendo pesquisas relacionadas ao projeto de Aproveitamento Hidrelétrico previsto para Marabá, conhecendo-o, por assim dizer, e pesquisando, também, os espaços reclamados por ele. O referido projeto de extensão abrangia várias localidades em iminência de serem atingidas pela construção deste projeto hidroelétrico. Para a feitura deste trabalho de conclusão de curso, em especial, estivemos concentrados na análise da histórica comunidade de Apinagés (Município de São João do Araguaia), tendo em vista a relação de contato/ dependência com o rio observada na vivência cotidiana dos sujeitos dali. Para que essa relação se confirmasse empiricamente, nada melhor do que expor, no corpo deste trabalho, a oitiva realizada junto aos moradores da comunidade, deixando em relevo a real importância do rio para eles.

² O nome Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, um dos vários que designam este empreendimento, tem uma. Esta terminologia peculiar carrega consigo uma estratégia. A denominação remonta ao aproveitamento de algo que está sendo desperdiçado. Desse modo, o rio, que segue o seu curso normal, está desperdiçando um imenso potencial de geração de energia, sendo que a solução para isto é construir um Aproveitamento hidrelétrico destas águas. A estratégia está, justamente, na conotação que o nome tem e no sentido de necessidade que ele transmite de aproveitar o que não está em adequado uso: as águas do rio. Procedendo deste modo, outras formas de vida e de uso das águas são deslegitimadas e subalternizadas por uma lógica unívoca de apropriação deste recurso natural: a lógica da apropriação ditada pelo capital.

Por esses elementos, nos cabe, agora, adensar as pesquisas empíricas e teóricas, tendo em vista a real necessidade de uma melhor apreensão destas outras formas de vida atreladas ao rio. Destarte, vale mencionar a intenção mestra deste trabalho. Por um lado, ele tem como escopo discorrer sobre a construção do AHE Marabá, o qual está subsumido a um discurso ou representação oficial das águas, que são vistas, unicamente, como fontes de geração de energia elétrica. E, por outro, é necessário considerar a lógica dos sujeitos locais no que diz respeito à apropriabilidade e utilização do rio. Objetiva-se, com isto, demonstrar esta contradição entre práticas e formas de apropriação do rio, que, por ter esse caráter de disparidade, acaba por definir territorialidades antagônicas e sociabilidades permeadas pelo conflito.

O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá, que data dos anos 1980, ainda sob a égide do Programa Grande Carajás (PGC), como bem enfatiza Acevedo; Trindade (2010, p. 380), foi retomado no ano de 2001. Conforme as autoras:

Na década de oitenta estavam previstas 27 hidrelétricas no Planejamento do Programa Grande Carajás – PGC e quinze delas seriam construídas na bacia dos rios Araguaia – Tocantins. Em 1981, no Relatório Geral contendo os Estudos Finais do Inventário Hidrelétrico, listavam-se os “territórios municipais a serem atingidos” pela Hidrelétrica de Marabá. Em 2001, iniciaram-se os Estudos do Empreendimento, a partir de ofício da Agência Nacional de Energia – SPH. Os estudos de Viabilidade e impactos ambientais e sociais ficaram a cargo da CNEC Engenharia S/A, empresa paulista. Em 2005, a mudança de titularidade do registro ativo da CNEC passou para o Consórcio Camargo Corrêa – Eletronorte e a entrega do estudo foi postergada para Dezembro de 2007. [...] A partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em Janeiro de 2007, a obra da hidrelétrica seria nele inserida.

Como atestam as autoras, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2010), o projeto tivera sua inserção no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), quando este, em 2007, fora dado como elemento central no que diz respeito à fermentação do crescimento econômico do país.

O PGC, portanto, surgiu como alicerce não só de projetos vinculados à atividade minerária, pois demonstrou interesses em explorar o potencial energético de porções territoriais estratégicas do país. Este programa, conforme ponderações de Hébette (2004) foi a melhor expressão da política econômica daquele período. Além de abarcar uma província mineral extremamente rica e plural, ainda detinha o controle de uma imensa parte da bacia do Araguaia-Tocantins, a qual tinha e ainda tem um potencial vasto para geração de energia. Todos esses elementos foram considerados estratégicos e substanciais para o êxito da política

de Integração Nacional, inserida naquele projeto/contexto econômico.

Por sua vez, o Programa de Aceleração do Crescimento, cuja sustentação está assentada na idéia de crescimento econômico e progresso, assim como o PGC na Ditadura militar se colocava, age por meio de privilégios a programas energéticos, rodoviários e de telecomunicações. Puga; Junior (2011, p. 7), quando revelam dados do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e dos setores que receberão os investimentos com maior densidade entre 2011 e 2014, demonstram que

Os maiores montantes de investimentos mapeados estão nos setores de energia elétrica e telecomunicações. Em energia elétrica, os investimentos estão concentrados em grandes projetos de energia hidrelétrica, e em um crescente montante de inversões em energias alternativas [...]. As maiores taxas de crescimento estão em saneamento e nos setores de logística (ferrovias, transporte rodoviário e portos).

Como bem assevera tais autores, o setor energético é um dos que polariza uma das maiores parcelas dos investimentos, sem mencionar que “os principais projetos são as hidrelétricas³ no âmbito do PAC” (PUGA; JUNIOR, 2011, p.05).

Porém, é preciso entender com clareza os elementos não evidenciados em torno da construção deste empreendimento hidrelétrico para a região de Marabá. Para isto, é indispensável perceber a lógica de relações regionais em que o Brasil está situado: ele é um dos membros do programa de Iniciativa para a Integração da Infra- estrutura Regional Sul-Americana, IIRSA. Conforme demonstra Castro (2009:130), o audacioso plano IIRSA, pensado nos anos 2000, pressupõe a integração da infraestrutura física dos países componentes da denominada região Pan- Amazônica. Tal integração vem ganhando corpo através de investimentos na tríade: setor de energia, transporte e telecomunicação.

Com base nisto é notável o real interesse contido nestes projetos: são programas se consolidando com vistas ao fortalecimento da economia dos países membros deste plano maior: IIRSA. A Usina hidrelétrica de Marabá não surgiu de forma espontânea e sem conexão

³ Consoante relatório-síntese do Banco Mundial, “*As usinas hidrelétricas representam 85% da capacidade instalada do sistema interligado brasileiro*. Os 15% restantes correspondem a plantas termelétricas. Atualmente, as principais fontes de geração térmica são o gás natural, o carvão, a energia nuclear e o óleo diesel. A capacidade de geração de energia elétrica no Brasil é de 105 GW, sendo que 92 GW estão conectados ao sistema nacional de transmissão, gerando cerca de 400 TWh por ano”, no entanto, “*Prevê-se que as usinas hidrelétricas continuarão tendo uma participação predominante – porém decrescente – na matriz elétrica brasileira, caindo para 73% em 2015*. [...] A Região Norte concentra 43% do potencial hidrelétrico econômico, o que implica uma maior complexidade com relação aos aspectos ambientais e ao tratamento de questões indígenas. Espera-se que as energias renováveis e a conservação de energia tenham uma participação complementar relativamente pequena, porém crescente, no atendimento ao mercado” (LICENCIAMENTO, 2008 p.12).

alguma com o plano IIRSA, porque ela está inserida no PAC, o qual, como adverte Castro (2009, p.131) parte da mesma “matriz teórica e ideológica da IIRSA, de integração com os países vizinhos. Se trata de uma estratégia nacional, embora integrada ao mercado mundializado”. Para a mesma autora,

O PAC e o IIRSA foram montados com a mesma orientação de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infraestrutura. Ambos estão articulados pela concepção de ‘eixos de integração e desenvolvimento’. A IIRSA em nível sul-americano, como bloco regional, e o PAC em nível nacional. Do ponto de vista formal, são programas integrados (CASTRO, 2009, p.138).

No âmbito local, a construção deste Aproveitamento Hidrelétrico para Marabá já está inclinada a demonstrar suas prerrogativas. Está evidente que o projeto busca se legitimar ao mesmo tempo em que vai deslegitimando –negando e inferiorizando- outras formas de vida referenciadas no rio. Deste modo, tende a adquirir sustentação e aceitabilidade, na medida em que vai desconstruindo o outro, tomando-o como entrave a sua efetivação. Logo, ele precisa justificar-se através da subalternização do conjunto de sujeitos existentes no espaço pretendido para sua territorialização. Assim, as duas formas contrastantes de perceber o rio vão se tornando mais claras, e, dessa forma, por representá-lo sob diferentes prismas, a tensão é uma constante nessa relação.

Detalhemos, então, o problema que conduz este trabalho. Enquanto os sujeitos locais têm o rio como forma de lazer, meio econômico, fonte de alimento, de vida, e o referenciam como elemento principal das suas práticas simbólico-culturais, a perspectiva de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá sustenta-se em uma visão acerca das águas como um recurso natural a ser explorado, garantindo, com isto, um ganho econômico, o qual vislumbra cada vez mais robustez.

Assim sendo, é necessário entender que este espaço onde se defrontam projetos de territorialização dessemelhantes e contraditórios, não deve ser analisado de outra forma senão como um espaço de fronteira. Conforme preceitua Martins (2009), a fronteira é o lugar onde se encontram e entrecruzam concepções de vida e visões de mundo diferenciadas, mas, mais do que isso, ela é o lugar do desencontro de temporalidades históricas distintas. O conflito é uma constante neste espaço, porque as relações sociais que se estabelecem nele e o produzem decorrem dessa contemporaneidade de tempos históricos não contemporâneos. Para Malheiro (2010, p. 4) a fronteira é, decerto, o *front*. Isto porque, imanente à sua natureza, além do

desencontro das temporalidades históricas, está “a coexistência conflituosa de projeções territoriais contraditórias”. Reconhece-se, então, que estas formas diferenciadas de apropriação do território estão relacionadas à dinâmica deste espaço de fronteira. Deste modo, emerge deste contexto peculiar o nosso problema. Para melhor compreendê-lo construímos a seguinte questão: quais as contradições na forma de apropriação e utilização das águas do rio e que, por sua vez, acabam por definir territorialidades díspares na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá? À luz deste problema, traçou-se um horizonte para esta pesquisa, no qual, de fato, buscamos investigar este desencontro de perspectivas relacionadas ao rio, mas salientado aquelas subalternizadas historicamente. É este, portanto, o caso da comunidade mencionada abaixo, campo empírico de nossa análise.

O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá já repercute entre as diversas localidades da região do sudeste do Pará. Contudo, esta pesquisa dá ênfase a um lugar específico, a saber: a comunidade de Apinagés. A referida comunidade pertence ao município de São João do Araguaia e está distante de Marabá 50 km. Conforme o Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia, edição de Maio de 2010, esta localidade comporta um grande número de pescadores ativos, e, somado a isso, ali existe um espaço de congregação o qual denomina-se Colônia de Pescadores Z-45. Pode-se observar que a atividade principal destes sujeitos é a pesca. E, além disso, existir naquele espaço é um meio de manter seus modos de vida tradicionais, bem como preservar sua territorialidade.

Apinagés se projeta para nós como um campo relevante para a pesquisa, porque coaduna uma diversidade de sujeitos os quais, historicamente, mantêm uma estreita relação com rio, relação esta que está sendo desconsiderada e ameaçada pelo projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá. Sendo assim, tomamos como desafio compreender e fazer ver esta relação específica e singular que orienta a vida das pessoas desta comunidade.

Em análise sobre as resultantes de barramentos de rios para gerar energia “limpa”, Coelho *et al.* (2010, p.84) pondera que, além dos impactos físicos historicamente traumáticos, surge em torno das discussões sobre hidrelétricas na Amazônia, “o espectro de um passado historicamente repudiado”, o qual “é responsável por um clima de aparente *dejavu*: ações de denúncias, sentimentos de ‘vitimizações’, ainda vivos entre partes das populações locais, de um lado, atitudes de insensibilidades, de arrogâncias e de não adoções de enfoques em redes comerciais e sociais amplas.”

Para especificar melhor nossa problemática, construímos algumas questões específicas que são fundamentais e até mesmo esclarecedoras para o percurso que este trabalho está

tomando. Tais questões ajudam a especificar a questão mais geral posta anteriormente. Cabe, portanto, questionar, primeiramente, qual o arranjo de relações (entre múltiplos atores sociais envolvidos na concretização do empreendimento) levado a cabo pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá? Quais as estratégias de territorialização engendradas por este empreendimento barrageiro? Mas diante disto, é necessário questionar, também, quais as formas de uso do rio e os processos territoriais ligados à dinâmica das águas desconsiderados pelo projeto hidroelétrico, mas que existem, sobretudo, na comunidade de Apinagés?

Os objetivos desta pesquisa são os seguintes: a partir destas percepções diferenciadas de apropriabilidade e uso do rio, pretende-se analisar o contexto político-estratégico da construção da Usina Hidrelétrica de Marabá, procurando demonstrar o arranjo de relações na órbita desta obra, ressaltando, ainda, as estratégias territoriais que estão em jogo para a efetivação do referido projeto hidroelétrico. Ainda neste contexto, pretende-se analisar a territorialidade definida a partir da relação com o rio observada na comunidade de Apinagés.

Como caminho metodológico central deste trabalho, adotamos uma reflexão que entende a realidade em suas contradições a partir de sua história. Neste sentido, nossa análise toma como base o materialismo histórico e dialético. Elementos referentes a análise do discurso também nos são fundamentais. As ferramentas metodológicas que sustentarão este trabalho já estão bem delineadas. Pretende-se trabalhar com 1) pesquisa e análise bibliográfica e documental 2) observações sistemáticas na realidade pesquisada 3) Aplicação de formulários 4) Entrevistas, 5) Análise do discurso. Em fim, estes são os elementos estruturantes, do ponto de vista metodológico, e que farão com que a pesquisa venha a ser viabilizada com êxito.

Este trabalho pretende se estruturar a partir de quatro pontos cruciais. Na primeira abordagem, a discussão irá se concentrar em torno da análise do contexto político-estratégico da construção do referido Aproveitamento Hidrelétrico, demonstrando, assim, a lógica de relações às quais o perpassam, principalmente em termos políticos e sua vinculação a programas, como o PAC e o IIRSA. Antes disto, entretanto, procura-se demonstrar a dinâmica deste espaço de fronteira, o qual coaduna uma multiplicidade de sujeitos com distintos tempos históricos, nos termos de Martins (2009). A partir do anúncio da Hidrelétrica de Marabá, o sudeste do Pará reacende o *front*, pois sujeitos com diferentes identidades, projeções territoriais e perspectivas díspares de utilização das águas se (des) encontram, e, desta forma, a característica conflituosa deste espaço permanece, como aponta Malheiro (2010).

No segundo capítulo, os esforços se concentrarão na tentativa de compreender o arranjo de relações formado no entorno do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá. Esta categoria é salutar para a análise porque evidencia algumas empresas que lucram com os mercados que se formam a partir da “necessidade” de construção deste empreendimento. Deste modo, a UHE de Marabá será considerada um “epicentro” do qual irradia um mercado amplo. Aqui também estão analisadas as estratégias de territorialização que o AHE Marabá lança mão, no intuito de promover a tomada de espaços previamente ocupados.

No terceiro capítulo, de forma geral, iremos discutir os sentidos que, discursivamente, produzem-se em torno da Usina Hidrelétrica de Marabá. De maneira geral, percebemos as formas de funcionamento destes discursos para, posteriormente, por em evidência outras vozes desconsideradas pelo referido projeto hidroelétrico.

O quarto capítulo pretende fazer ver, a partir de levantamentos empíricos na comunidade de Apinagés, a experiência histórica construída naquele lugar. Para isto, se faz necessário sempre considerar as narrativas de seus habitantes. Neste ponto, as vozes daqueles que historicamente foram vítimas da “não existência” serão evidenciadas. O objetivo fundamental, neste ponto, será o enfoque a territorialidade estabelecida na comunidade de Apinagés. Necessário, porém, será demonstrar a sinergia ou a relação com o rio que permeia a vida naquele lugar.

2. CONTEXTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ.

A Amazônia é uma região que, historicamente, tem atraído uma pluralidade de sujeitos, sobretudo, aqueles interessados em se apoderar de seus recursos naturais para fins de acumulação de capital. São grupos empresariais que, de forma recorrente, beneficiam-se de regalias (incentivos fiscais, por exemplo) concedidas pelo Estado, que insiste em promover a “ocupação” deste espaço, com base na “modernização” e no “progresso” trazido pelos grupos econômicos.

O processo histórico de ocupação da Amazônia demonstra que, além dos grupos empresariais sedentos por lucros, existe uma miríade de sujeitos tradicionais coexistindo, simultaneamente, com estas outras formas de apropriação do espaço. As relações sociais que emergem desta coexistência de sujeitos com tempos históricos distintos, identidades díspares e formas dessemelhantes de apropriação e uso do território estão pautadas no conflito. Deste modo, há um conflito advindo das diferentes formas de territorialidade humana neste espaço, que é um espaço de fronteira, o qual conjuga sujeitos com projeções territoriais diversas, e, por tal motivo, conflitantes entre si (MALHEIRO, 2010). Este capítulo pretende ressaltar o contexto político-estratégico da construção do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, em específico, demonstrando que a fronteira assume o caráter de *front*, e que a disputa toma um contorno singular, que é o da contradição em torno da apropriação/utilização das águas.

2.1 PENSANDO A FRONTEIRA: A AMAZÔNIA EM DISPUTA?

Ao longo da história de sua “ocupação”, a região amazônica carrega consigo certas peculiaridades que fazem dela um espaço contraditório e de constantes disputas. Espaço este atravessado por conflitos de diversas naturezas, visto que, nesta região, coabitam sujeitos com projetos de vida dissonantes e visões de mundo diferenciadas. O choque inevitável entre esta miríade de grupos humanos e seus modos de vida tão diversos, dentre vários outros elementos, é o que faz com que este espaço seja tomado para análise como espaço de

fronteira.

Entender esta região é se lançar no desafio teórico de compreendê-la a partir da pluralidade de sujeitos que a constitui e das relações sociais que se desenrolam entre eles. Sendo assim, tomar um percurso teórico que faça ver a sua dinâmica singular, e, ao mesmo tempo, complexa exige um cuidado especial. Deste modo, o conceito fronteira auxilia este trabalho a tecer as análises com maior acuidade e, com isto, tentar entender a totalidade de processos que constituem a realidade produzida neste espaço. Ora, a fronteira não é um lugar homogêneo em que a diversidade de sujeitos inexistente, ao contrário, como demonstrado por Martins (2009, p.133, grifo do autor) ela é:

[...] *essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história.

Diante do exposto pode-se dimensionar a natureza contraditória que forma este espaço. Ele é, indubitavelmente, produto e condição deste conjunto de relações conflituosas, pois projetos de vida e concepções de destinos estão em constantes disputas pela afirmação de suas existências. É possível ver, deste modo, que a fronteira não se limita unicamente aos aspectos geográficos, ou físicos, ao contrário, “ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (...), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*.” (MARTINS, 2009, p. 11, grifo do autor).

Se a fronteira é, para Martins, realmente o encontro de temporalidades contraditórias e não contemporâneas, nas formulações de Malheiro (2010), o sentido em que ela deve ser tomada para análise é aquele que a percebe como o *front*. Em grande parte, esta forma de examiná-la se deve ao fato de que o conjunto de relações conflituosas ali materializadas emerge das disputas identitárias e territoriais.

Diante desse contexto de luta entre projetos territoriais dissonantes e, portanto, antagônicos, torna-se essencial fazer referência à fronteira como *front*- lugar onde ocorrem as

disputas entre os sujeitos de posições antípodas. Assim sendo, como já mencionado por Malheiro (2010, p.4), o seu caráter engloba “muito mais que temporalidades históricas (des) encontradas, a natureza da fronteira é a existência conflituosa de projeções territoriais contraditórias”.

Ora, distintos projetos territoriais, tais como minerários, camponeses, indígenas, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhos, coexistem simultaneamente nesta realidade singular. Portanto, ela é uma realidade produzida a partir das inter-relações entre esse mosaico de sujeitos.

Dentro desta dinâmica complexa de sujeitos e suas territorialidades (des) encontradas, existe um elemento em particular que será aqui abordado. Com a retomada dos estudos do projeto de construção da Usina hidrelétrica de Marabá, em 2001, com mais vigor em 2005, como já ressaltado anteriormente, a fronteira enquanto *front* assume características peculiares.

Isto se deve, em grande medida, ao fato de que duas formas de apropriação do rio estão em destaque na região sudeste do Pará. Em Marabá e regiões circunvizinhas, o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, com sua forma hegemônica de utilização das águas, busca se territorializar. Em contrapartida, diversas comunidades pretendem continuar existindo no território pretendido pelo projeto supramencionado. Este fenômeno é demonstrativo de que o *front* no sudeste do Pará, particularmente no âmbito da construção deste empreendimento, toma contornos específicos, pois a disputa ocorre por conta de duas perspectivas distintas de utilização das águas. E é justamente sobre estas duas maneiras antípodas de uso e apropriação das águas que este trabalho pretende se estruturar.

2.2 SUDESTE DO PARÁ: SIMULTANEIDADE DE PROJETOS CONTRADITÓRIOS.

A região Amazônica, ao longo do século XX, foi uma região de intensos projetos de “ocupação” os quais tiveram como fim desenvolvê-la. Becker (2007, p.25) esclarece que “os surtos voltados para produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a formação territorial da Amazônia, estando presentes até os dias atuais”.

Os diversos projetos de ocupação deste território tiveram suas justificativas assentadas em alguns pressupostos fundamentais. Dentre eles, há aqueles considerados essenciais nas políticas dos governos. Do ponto de vista da integração da Amazônia, houve “a instalação de

várias redes técnicas no território, ou seja, rodovias, redes energéticas e de telecomunicações” (MALHEIRO, 2010, p. 02). Corroborando a assertiva supracitada, Hébette (2004) enfatiza que a Amazônia teve como marco de sua integração ao capital industrial e financeiro, a construção das rodovias Belém-Brasília e Belém- Acre, na vigência do governo Kubistchek.

Acentuando ainda mais o grau de inteligibilidade desta contextualização, Hébette (2004.p. 23, grifos do autor) mostra que:

Outras estradas se seguiram às primeiras: a Transamazônica (*Terra sem homes para homens sem terra*), a Perimetral Norte, falida. Latifúndios se espalharam em toda a Amazônia: Jarí, Volkswagen, Bradesco. Minas e garimpos reviraram o solo; rios foram represados para formar lagos imensos e gerar energia elétrica; fábricas poluidoras surgiram na selva.

Nota-se, portanto, que no bojo dos eixos rodoviários outros projetos adentravam na região, como demonstra o exceto supracitado. Ademais, naquele primeiro momento, a construção de rodovias significou a abertura de uma frente de expansão, como observa Hébette (2004). Para ele, além de integrar a região, as estradas tinham outras funções: eram excelentes componentes logísticos das políticas de integração, pois viabilizavam a mobilidade e a circulação de pessoas, e, também, de mercadorias. A noção de fronteira agrícola do célebre Jean Hébette está sendo utilizada com o objetivo de promover este caráter contextual da ocupação, na qual frisa a expansão territorial das atividades e dos sujeitos. Diferente, portanto, das noções citadas alhures, de fronteira enquanto espaço onde sujeitos de tempos históricos distintos se encontram e de relações sociais imersas no conflito, e, também, da noção que toma este espaço enquanto *front*, de onde as disputas decorrem não somente da coexistência de tempos históricos não contemporâneos, mas, emergem, juntamente, das disputas por projetos territoriais distintos.

Em um segundo momento, as pesquisas voltadas para a busca de minério ganham realce, e, em um curto espaço de tempo, a região, em virtude do “achado” das jazidas, tem suas dimensões ocupadas. Hébette (2004, p. 35) faz ver que “a garimpagem expandiu-se com a intensificação dos fluxos migratórios, em Rondônia (ouro e cassiterita), e no Pará (ouro na região de Itaituba, no eixo Marabá-Conceição do Araguaia, e no limite norte entre Pará e Maranhão”.

Na seqüência, o referido autor evidencia que a atividade metalúrgica constitui um terceiro momento histórico deste processo intenso de ocupação da Amazônia e de domínio

dos seus recursos. Ratificando tal análise, Monteiro (2006, p. 54) mostra que:

Nas últimas duas décadas, diversas siderúrgicas que se dedicam à produção de ferro-gusa instalaram-se na Amazônia Oriental brasileira. Concorreu inicialmente para a implantação destas indústrias a existência, nos anos 80, de políticas de incentivo fiscal e crédito levadas a cabo pelo Estado nacional, implementadas no âmbito do extinto Programa Grande Carajás—PGC. Os planos estatais daquele período previam o surgimento de um complexo industrial no corredor da Estrada de Ferro Carajás a partir das atividades siderúrgicas. Tratar-se-ia de um complexo industrial que se diversificaria crescentemente.

Promoveu-se, a partir do incentivo aos empreendimentos econômicos, a vinda de pessoas de várias outras regiões para este espaço. Importante frisar, dentro deste contexto específico, o papel ativo do Estado na promoção da ocupação deste território, o qual sempre foi tido como “espaço vazio” e, por isso mesmo, passível de ser preenchido. Em estudo sobre as ações do Estado neste sentido, Picoli (2006, p. 56) avalia que “o processo de colonização da Amazônia foi semelhante em todos os estados da região – com distribuição de terras promovida pelo governo da ditadura, e também com auxílio de empresas de especulação imobiliária”.

Em outro instante, Picoli (*idem*, p. 37) se empenha em tornar claro, mais uma vez, o percurso tomado pelo Estado, constatando que “foi através dos incentivos fiscais que se efetivou a transferência dos grupos econômicos para a região, pois este era o diferencial para facilitar a acumulação”. Além destes fatores, dotar a região de infra-estrutura, através da construção de rodovias, usinas hidrelétricas, aeroportos, redes de comunicação, e vários outros elementos, é demonstrativo de que o Estado é dono de uma responsabilidade bastante incisiva para com os grandes grupos econômicos. Importante lembrar que, tanto Picoli (2006), como Becker (2007), estão sendo mencionados porque tem contribuições significativas para esta análise contextual da Amazônia. Não obstante tamanha relevância, tais autores não adentram nos interstícios do processo de alteridade entre os sujeitos neste espaço de fronteira e, por isso mesmo, não se atém, de forma sistemática, à dimensão conflitual destas relações. Ou seja, as análises da “ocupação” da Amazônia consideram a região como um lugar por onde se expande o capital, como frente pioneira, como adverte Martins (2009), considerando a ocupação prévia, mas não tomando os sujeitos desta ocupação como centralidade analítica.

A situação descrita por Picoli (2006) sobre a relação Estado e empresas ainda está em voga. Esta característica do Estado fez com que Souza Santos (2010), a partir de um conjunto

de elementos, afirmasse que o Estado- Providência não foi, simplesmente, algo que existiu e, por isto mesmo, é fato histórico passado. Ao contrário, este Estado, pelo menos para as grandes empresas e grupos econômicos, nunca deixou de existir. Estes, por sua vez, ávidos por lucros, garantem o Estado enquanto pilar de sustentação decisivo. Esta associação resulta em um êxito previsível: acumulação de capital assegurada.

O sudeste do Pará também está inserido nesta dinâmica específica de ocupação. E, sendo região de fronteira, é certo que o uso deste território também pressupõe constantes disputas entre os diversos atores interessados em sua apropriação. Em seu percurso histórico, o sudeste do Pará foi e continua sendo região de implantação de projetos distintos e, ao mesmo tempo, conflitantes entre si.

Esta simultaneidade de atores distintos, os quais formam esta porção do espaço Amazônico, provêm de um percurso histórico determinado e de fatores claros. Conforme análises tecidas anteriormente por Coelho *et al.* (2006, p. 119):

Na década de 1980, a região Sudeste do Pará passava por um acelerado dinamismo sócio-espacial, decorrente das políticas tributárias (incentivos fiscais e renúncia fiscal) e da implantação das redes de infraestrutura (viária, energética e de telecomunicações), ampliada com a implantação do Projeto Ferro Carajás e do Programa Grande Carajás. Tudo isso contribuiu para a atração de enorme fluxo populacional para a região, resultando no aumento da densidade populacional que viabilizou a emancipação de novos municípios [...].

O Programa Grande Carajás, assim como o Projeto Ferro Carajás, mudaram, sobremaneira, a dinâmica de ocupação deste lugar. A cidade de Marabá foi se constituindo, ao longo dos anos, como “o mais importante centro econômico e político da região. Marabá comporta-se como um nó ou um ponto de irradiação das redes viárias, de energia e bancárias da região Sudeste do Pará” (COELHO *et al.*, 2006, p. 128).

Tomar a esta região para análise e negligenciar as influências do Programa Grande Carajás na constituição desta nova dinâmica sócio-espacial é incorrer em um erro incorrigível. Para tanto, é preciso, antes de qualquer ação, tentar defini-lo em suas entrelinhas. Nas palavras de Hébette (2004, p. 60):

O Grande Carajás- vulgo Carajazão- abrange uma província mineral extremamente rica e diversificada em recursos (ferro, manganês, cobre, bauxita, cassiterita níquel, ouro), com enorme extensão de terras

recentemente incorporadas ao domínio privado, limpadas de seus ocupantes tradicionais. Comporta ainda grande parte da Bacia Araguaia-Tocantins com imensa capacidade de geração de energia elétrica. Essa área se destacou rapidamente como um dos pontos privilegiados da política de Integração Nacional.

Vê-se, a partir da citação, a grandiosidade deste programa, o qual se apropriara não somente das riquezas minerais em abundância, mas, de maneira estratégica, as águas dos rios (Bacia Araguaia-Tocantins) foram tomadas como condição fundamental para o programa se consolidar por completo. Foi nesse contexto de utilização das águas que, no âmbito do PGC, surgiu a Usina hidrelétrica de Tucuruí, construída entre 1974 e 1984. Como destaca Pinto (2006, n/p), a UH de Tucuruí possui hoje a capacidade de geração de energia de 8.370 MW. O lago que “começou com 1.116 quilômetros quadrados e acabou em 2.875 km, erro de cálculo (de 150%) coerente com o estouro orçamentário da usina, envolve R\$ e não Km²”. A forma como surgiu esta Usina hidroelétrica conduz Coelho *et al.* (2006, p. 108) a afirmar que “o intuito imediato da construção da hidroelétrica de Tucuruí foi então o fato de atrair para a Amazônia empresas de alumínio de natureza eletro-intensivo, beneficiando-se do contexto internacional de alta do preço do petróleo na década de 1970”.

Porém, não demora muito e as repercussões nocivas deste empreendimento hidrelétrico despontam. Em outro momento de análise, Coelho *et al.* (2010, p. 87) faz ver que

A UHE Tucuruí afetou dramaticamente as populações indígenas e pequenos agricultores ribeirinhos. Os índios Parakaña, habitantes das margens do rio Tocantins, foram removidos para outras áreas distante do rio. As populações de pequenos agricultores ribeirinhos foram transferidas para áreas distantes do rio e dos mercados”.

Hoje, este episódio é lembrado, pelo conjunto de sujeitos impactados pelo empreendimento, como um passado histórico verdadeiramente digno de repúdio. Este fato, em especial, é demonstrativo de que “os projetos de construção de Hidrelétricas trazem consigo algo que representa uma ameaça às populações nativas e ao ecossistema da região amazônica” (ALMEIDA, 2006, p. 78).

Essa forma de conduzir as políticas para a região, ao invés de empreender esforços no sentido de, pelo menos, tentar mitigar os conflitos, caminham em sentido contrário, fomentando uma tensão que parece ser ininterrupta. A UHE Tucuruí se configura em um exemplo nítido de que uma forma de uso das águas, apoiada pelo Estado, tenta se sobrepujar

sobre outras existentes neste espaço. Estas outras formas de representação e de uso do rio, as quais têm sua maior expressão nos ribeirinhos, comunidades indígenas e agricultores, permanecem sendo desconsideradas. Deste modo, as águas continuam sendo vistas a partir de uma perspectiva unívoca: a sua finalidade única e inalienável é a geração de energia.

2.2.1 Usina Hidrelétrica de Marabá nas estratégias do Estado e de empresas.

Em sua atual configuração, o sudeste do Pará é transversalizado por um emaranhado de projetos, atuando com mais vigor, os que se voltam para mineração. Entrecortando este espaço, além dos projetos de exploração mineral, com maior representatividade na mineradora VALE, há o agronegócio, frigoríficos, projetos siderúrgicos, enfim, eles formam um conjunto denso, voltando suas atividades para acumulação de capital.

Em outro pólo situa-se uma diversidade de sujeitos que têm lógicas de vida diferenciadas. São, essencialmente, camponeses, indígenas, ribeirinhos, ou seja, sujeitos os quais são postos em constantes ameaças cada vez que um novo empreendimento é anunciado. O esforço analítico de Malheiro (2010, p. 01), o leva a concluir que o sudeste paraense é uma “região que sintetiza em sua realidade uma disputa de territorialidades, de um lado, referenciadas na produção mineral e no agronegócio e, de outro, referenciadas em identidades políticas objetivadas em movimentos sociais de camponeses, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, atingidos por barragens e atingidos por mineração”.

Isto mostra que o espaço em questão tem sua dinâmica pautada em contradições, sejam elas do ponto de vista do uso do solo (agronegócio, mineração, agricultura familiar etc.), ou do ponto de vista da utilização das águas (Hidrelétricas, ribeirinhos, comunidades indígenas).

Subjaz nesta região uma freqüente dinâmica de acumulação do capital. Como já observado por Acevedo; Trindade (2010, p. 367), está em andamento a implantação de um conjunto de empreendimentos que se articulam com esta lógica de acumulação. Em suas análises, as autoras esclarecem bem a dimensão das iniciativas referentes aos empreendimentos futuros. Conforme suas verificações:

No início desta década paralelamente às iniciativas referentes ao ‘Complexo Madeira’, foram anunciados vários empreendimentos econômicos na região sul e sudeste do Pará. Eles serão mencionados a seguir para que se possa

cotejar com a situação social do ‘Complexo Madeira’. Os empreendimentos referem-se a: siderúrgica de Marabá; plantio de eucalipto em grande extensão vinculado as siderúrgicas; ampliação das minas de ferro e de cobre, retomada da exploração de ouro em Serra Pelada. Para dar suporte aos diversos projetos estão propostos: a construção de um Parque de Ciência e Tecnologia, ampliação da estrada Transamazônica, a hidrovía Araguaia-Tocantins, a construção de um porto público a termoeletrica (...).

Estas são as perspectivas de investimentos futuros para os diversos setores verificados acima. São projetos em que não se vislumbra o distanciamento do Estado, ao contrário, a sua presença é cada vez mais incisiva e, ao mesmo tempo, decisiva. Neste aspecto, não há como estabelecer grandes diferenças daquele Estado que operava na época do Programa Grande Carajás, no seio da Ditadura Militar, do Estado do tempo presente. Ora, eles ainda operam, grosso modo, pelos mesmos moldes, privilegiando sujeitos específicos: grupos econômicos privados. Realmente o contexto é outro e sua lógica de organização e estrutura também.

Segue abaixo um quadro de projetos os quais se configuram como elementos ilustrativos da questão do entrelaçamento entre Estado e capital na região, pois como se pode observar, apesar deste conjunto de projetos pensados terem investimentos privados, o poder público tem uma parcela bem expressiva de capital investido nas obras:

<p>Parque de Ciência e Tecnologia em Marabá - PCT.</p>	<p>O sul do Pará deve receber, até 2012, mais de R\$ 30 milhões em investimentos privados e quase R\$ 1 bilhão de investimentos públicos (estaduais e federais) para impulsionar a economia do município por meio de projetos de ciência e tecnologia, geradores de produtos e processos inovadores. O governo do Pará propõe a criação de três parques de ciência e tecnologia: Guamá (Belém), o Tocantins (Marabá) e o Tapajós (Santarém). Segundo este discurso os parques “integram a estratégia de induzir um novo modelo de desenvolvimento no estado, agregando mais ciência, tecnologia e inovação a produtos e processos”. Ainda acrescentam que cada parque tem foco de pesquisa de acordo com as demandas sociais e vocações econômicas da região de instalação. Em Marabá, o parque atuará integrado ao Distrito Industrial (também construído pelo governo do Estado). O PCT Tocantins segundo este documento já nascerá “integrado por reivindicações históricas da sociedade e do empresariado paraense: parque de ciência, Distrito Industrial, porto público, eclusas de Tucuruí, Hidrovía do Tocantins”, sem mencionar a AHE Marabá. Com isso, “grandes e pequenos produtores serão beneficiados pelas obras”. O PCT Tocantins receberá um total de investimentos de R\$ 58,5 milhões, começará a ser construído em 2009</p>
---	---

Distrito Industrial de Marabá	<p>Atualmente abriga 23 empreendimentos siderúrgicos, que produzem 3,3 milhões de toneladas/ano e geram 4.485 empregos diretos. O governo do Estado reestruturará e ampliará a infra-estrutura do Distrito Industrial (DI) de Marabá, recuperando o sistema viário e seus componentes na área definida como de implantação da Fase-I e ampliará a infra-estrutura por meio da implantação da Fase-II. Na reestruturação da fase I estará sendo ocupada uma área de 1.736,92 hectares localizada às margens da rodovia PA-150. Quanto a implantação da Fase II esta prevista para ocupar uma área de 1.149,18 hectares, localizada às margens da ferrovia Estrada de Ferro Carajás. O traçado de suas vias, em virtude das curvas de nível do terreno (onde se destaca as rotatórias rodoviárias), evitará o cruzamento de veículos e as calçadas destinadas ao trânsito de pedestres. Outro desdobramento no relativo à malha viária ocorrerá pelas interligações por rodovias que formarão um anel viário, que sairá da PA 150 até a Transamazônica, sem passar pela área urbana de Marabá. Esta rodovia será duplicada no trecho Distrito Industrial até a área urbana do Município. Com esse intuito de transporte terrestre está prevista a pavimentação asfáltica da rodovia Transamazônica entre Marabá e Rurópolis, orçada em 950 milhões.</p>
Siderúrgica de Marabá	<p>Projeto que durante vários anos foi objeto de debates políticos no Estado. A Siderúrgica de Marabá será instalada na fase III do Distrito Industrial, implantado pelo Governo do Estado. A Vale vai começar a construir a usina siderúrgica de Marabá em 2010, para que ela possa começar a operar em 2012. A empresa planeja investimentos na ampliação da exploração das minas de ferro e de cobre de Carajás. As autoridades do Estado exigem dos órgãos (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) agilizar os processos de licenciamento ambiental. O discurso dos benefícios está sendo relacionado com o volume dos investimentos do setor privado que serão atraídos e a “conseqüente” geração de empregos.</p>
Hidrovia do Araguaia Tocantins	<p>Combinando necessidades de transporte e navegabilidade na bacia Araguaia-Tocantins, relaciona-se com a conclusão das eclusas de Tocantins pelo governo federal (que vão restituir a navegabilidade do rio Tocantins na altura da hidrelétrica). Esta obra iniciará no porto público e chega ao porto de Vila do Conde, em Barcarena. Constitui-se uma forma de integração prevista no programa Navegapará. A designação técnica deste projeto é “Plataforma Logística Intermodal de Transporte de Marabá”.</p>
Porto de Marabá	<p>Este é peça fundamental no projeto da Plataforma Logística Intermodal de Transportes de Marabá. Este terá um aporte de R\$ 30 milhões para a implantação de sua primeira etapa, que tinha início previsto para o primeiro semestre de 2009. Os recursos foram alocados pela bancada federal do Pará</p>

	dentro do Orçamento Geral da União (OGU) e integram o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Com a construção do porto de Marabá destaca-se como benefício que a redução do custo de transporte hidroviário vai tornar os produtos paraenses “ainda mais competitivos, uma vez que as cargas escoadas por esse modal custam U\$ 23,00 a menos, por tonelada, em relação ao transporte rodoviário”. O terminal se viabilizará com a conclusão das eclusas de Tucuruí, previstas para entrar em operação até agosto de 2010.
Obra do Bairro Cabelo Seco	A Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - SEDURB, iniciou as obras do projeto de saneamento e melhoria urbana do bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco), em Marabá. O projeto faz parte do grupo de 29 obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) propostas no Pará. As autoridades declaram que tem como benefício “melhorar a qualidade de vida de 1.040 famílias que moram no bairro, as que mais sofrem com as conseqüências das enchentes dos rios Tocantins e Itacaiunas”. O discurso das enchentes dos rios Tocantins e Itacaiunas volta a ser mobilizado como álibi da intervenção.

Fonte: Boletim Informativo. Ed. Especial, Maio de 2010: PNCSA/UFPa. Retirado do site do Governo do Estado do Pará, 2010.

Este liame entre capital e Estado, apesar de seguir uma lógica específica de utilização e “modernização” dos espaços, não se atém aos sujeitos que tem outras lógicas de vida. Desse modo, se as políticas estatais, ao invés de olharem, também, para os sujeitos possuidores de outras cosmologias, outras formas de viver, adentram em um processo de exclusão dos mesmos, é certo que o *front* permanece ativo e, com isto, o tensionamento entre os grupos ganha proporções ainda maiores.

Esta idéia de modernização tem um caráter homogeneizante intrínseco, porque não consegue visualizar as diferenças e nem formular políticas que as levem em consideração. Sendo assim, não percebe as particularidades do outro e o exclui. Entretanto, conforme menciona Martins (2008), a sociedade capitalista não quer ver este sujeito fora dela, à margem. Ao contrário, o seu interesse é que ele se inclua no sistema, mas de forma precária. Logo, não há exclusão no sistema capitalista, conclui Martins, há sim, exclusão de um modo de vida tradicional, *desenraizamento*, para que este sujeito seja incluso em outro, proporcionado pelo mundo capitalista, quase sempre de forma absurdamente precária. Sendo assim, ocorre o processo de exclusão para inclusão precária.

É justamente neste ponto que o *front* demonstra o tensionamento, porque existem estas contradições nestas diferentes formas de ver o mundo, em que os sujeitos não abdicam, de

nenhuma maneira, de suas relações sociais tradicionais, ou mesmo de seus projetos de vida. Ao passo que o mundo capitalista tem suas bases assentadas em uma lógica contrária- quer transformar tudo em mercadoria. Um elemento substancial que fermenta, sobremaneira, o conflito.

Nota-se que a associação entre capital e Estado nesta região produz um tensionamento sem igual. Assim sendo, este conjunto de projetos pensados e expostos no quadro acima, pode significar o reforço de projetos de territorialização hegemônicos. Neste trabalho, nos debruçamos sobre a Usina Hidrelétrica de Marabá, um projeto específico em potencial que define bem esta lógica capitalista de apropriação do território. O AHE Marabá, como é costumeiramente chamado, será um dos projetos mais incisivos no sentido de avançar sobre as lógicas de vida das populações locais. Isto, é claro, está distante da aceitação passiva pelo conjunto de sujeitos que estão no “caminho”, por assim dizer, deste empreendimento hidroelétrico.

Marabá⁴ e algumas cidades circunvizinhas têm, historicamente, uma relação estreita de contato/dependência com o rio Tocantins e Itacaiúnas. Esta relação surge, de forma nítida, quando se entende que algumas práticas econômicas ainda estão associadas aos fluxos fluviais e à circulação regional. E, paralelamente a estes fatores econômicos, a relação com o rio se manifesta também no imaginário simbólico-cultural dos diversificados grupos sociais que vivem e sobrevivem do rio.

Assim sendo, o projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, possivelmente, terá todos os requisitos para repetir aquele passado histórico, o qual adveio a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Desta maneira, de forma similar a UHE Tucuruí, o AHE Marabá será o vetor da interferência, direta e indiretamente, nas formas de vida referenciadas no rio.

Para formular uma análise mais esclarecedora a respeito do surgimento deste empreendimento hidroelétrico, é necessário um melhor detalhamento do cenário político mais geral que o constitui. Esta empreitada se torna viável à medida que entendemos as relações em nível de continente, as quais vêm sendo constituídas ao longo deste século.

⁴ Estas informações foram retiradas do Plano de Trabalho que me guiou no período em que fui bolsista de extensão a partir de julho do ano 2010, até março de 2011, período de encerramento do projeto, mas não das pesquisas e estudos referentes a esta temática. O mencionado Plano intitulava-se *O direito de dizer 'não': resistência e organização social de comunidades ameaçadas pela Hidrelétrica de Marabá*.

2.2.2 Contexto regional: IIRSA e PAC

As perspectivas de investimentos no Brasil são as mais otimistas possíveis e se direcionam para alguns setores específicos. Puga; Junior (2011, p.2), em estudos sobre as perspectivas de investimentos pelo BNDES no Brasil apontam que, para o período de 2011-2014, os investimentos serão bem densos e se concentrarão nos “principais setores de infraestrutura: energia elétrica, telecomunicações, saneamento e logística (rodovias, ferrovias e portos)”.

De acordo com os referidos economistas, o montante destinado a estes setores, no período mencionado acima, chega à cifra de 380 R\$ bilhões. Dessa quantidade, “mais de 1/3- ou seja, 139 R\$ bilhões- são destinados ao setor de energia elétrica. A logística, no entanto, não fica muito distante- R\$ 129 bilhões. Em seguida, estão os investimentos em telecomunicações de R\$ 72 bilhões e em saneamento de R\$ 41 bilhões” (PUGA; JUNIOR, 2011, p. 4).

Tais autores certificam, ainda, que o setor de energia, logística e saneamento teve esta quantia vultosa de dinheiro disponibilizada a partir de meados dos anos 2000. Não por acaso, o ano em que se pôs em andamento a IIRSA- Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da Regional Sul-America. Programa este discutido, em seus detalhamentos, nas páginas seguintes. Antes, em escala, vejamos a essência do PAC, programa de Estado responsável por investimentos nacionais.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), iniciado em 2007, no governo Lula, atua como um elemento catalisador dos investimentos em infra-estrutura. A prioridade deste programa são as obras referentes à tríade: energia (esta com mais vigor, por meio da construção de hidrelétricas, sobretudo, na Amazônia), logística (transporte, portos, rodovias) e telecomunicações. São as mesmas premissas do BNDES, sendo que o PAC veio para acelerar as obras nestes campos específicos. No entanto, “seu objetivo era não só aumentar os investimentos em infraestrutura, mas também remover os obstáculos administrativos e normativos para alavancar os investimentos privados” (PUGA; JUNIOR, 2011, p. 4).

A Usina hidrelétrica de Marabá, pensada ainda na década de 1980, mas nunca materializada, encontrou no PAC terreno fértil para se desenvolver, já que energia é o setor com maior proeminência em termos de investimentos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) abarca os estudos de Viabilidade deste projeto hidroelétrico que, a partir

de 2005 começou a ganhar força e, desde então, estudos já vem sendo desenvolvidos, com intuito de tentar viabilizar a sua construção.

Para se ter uma compreensão mais panorâmica dos reais interesses subjacentes ao PAC, é indispensável direcionar o olhar para outro plano, o qual está situado para além das fronteiras do território brasileiro. A Iniciativa para a Integração da Regional Sul-Americana é, justamente, esse programa que foge das fronteiras do Brasil, mas também as engloba.

A Iniciativa de Integração da Regional Sul-Americana, conforme informações tecidas por Castro (2009) é um programa que data do ano 2000, momento em que representantes de doze países⁵ da América Latina decidiram dar início a um plano audacioso de integração física dos mesmos. Castro (idem: 118), definindo a essência da IIRSA, afirma que este programa:

[...] segue uma política convencional, de integração pela infraestrutura (rodovias, pontes, ferrovias e energia), no mesmo eixo tradicional de abertura para mercados de países desenvolvidos e da China, identificando instrumentos de financiamento, dos quais o BNDES passaria a ter um papel decisivo. Considerando que a América do Sul tem um excedente de energia, com o potencial de seus rios e jazidas minerais, ela poderia garantir a “segurança energética”, figura considerada prioritária na política externa brasileira na América do Sul.

A política da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) pressupõe muito mais do que uma integração física, pura e simplesmente. A intencionalidade deste plano emerge quando há o entendimento de que, “além de tentar construir uma identidade comum e uma cidadania sul-americana, esta integração está voltada para em particular: a) apoiar a integração de mercados; b) apoiar a consolidação de cadeias produtivas; e c) reduzir o custo sul-americano” (COELHO *et al.*, 2010, p.95).

Ao discorrer, de forma veemente e crítica, sobre este mesmo assunto Garzon (2010, p.92) relata que:

A IIRSA passa a ser uma coordenação intergovernamental que referencia acordos político-econômicos, para aumentar a escala dos atuais corredores de exportação e criar novos. Na Amazônia esse jogo é ainda mais visível com o desmonte da regulamentação ambiental, com a imposição de

⁵ “A IIRSA surgiu efetivamente a partir de uma reunião dos doze Chefes de Estado, ocorrida em agosto de 2000, na cidade de Brasília. Naquela ocasião, aprovou-se a realização de ações conjuntas para se impulsionar o processo de integração política, econômica e social da América do Sul, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas” (BRASIL, 2011).

restrições às territorializações impeditivas (dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos) da territorialização única dos grandes negócios, e com a regularização da grilagem e do latifúndio e de todas as suas práticas e modos criminosos. [...] Os grandes projetos viários, energéticos e de comunicações, associados a medidas de convergência regulatória, viabilizam a consolidação dos oligopólios privados na região e o estabelecimento de conectividades que irão nos subalternizar (país e região) de forma irreversível.

A título de exemplificação do que está relatado acima, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte⁶, apesar das reiteradas opiniões contrárias⁷ à sua efetivação, já está com as obras em andamento. Idealizada, também, nos anos 80, foi no governo Lula, através do PAC, que ela ganhou centralidade. O Instituto Socioambiental (ISA 2003), acompanhando o desenrolar desta história, ressaltar que

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. Entre muitas idas e vindas, a hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o MMA concedeu a licença ambiental prévia para sua construção.

Dentro desta conjuntura regional, integrar os mercados e torná-los mais competitivos é, de certo, uma das linhas mestras da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana (IIRSA), pois “a expectativa de governos sul-americanos é que se desenvolvam estratégias empresariais de ampliação da capacidade competitiva e adquiram

⁶ Belo Monte é objeto de um processo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA pelos supostos danos que causará à Amazônia. Além disso, dezenas de causas correm na Justiça brasileira para tentar impedir a obra, que começou em março desse ano [2011]. O custo previsto para a instalação da hidrelétrica é de US\$ 10,600 bilhões. A potência máxima de Belo Monte será de 11.233 megawatts, o que tornará a hidrelétrica a terceira maior do mundo. Movimentos sociais e ambientalistas dizem que Belo Monte inundará uma área de 516 km² de floresta, o que provocará o deslocamento de 50 mil pessoas, conforme resalta Terra Networks Brasil S.A (2011).

⁷As decisões são tão verticalizadas e impositivas que, tendo o procurador da República Felício Pontes Jr. impetrado várias ações para tentar embargar a obra e fazer com que se cumprissem os requisitos de responsabilidade socioambiental, ainda sim a obra foi tida como viável. Como relata Brum (2011), “a última ação judicial do MPF contra Belo Monte prova, com documentos do governo, que os impactos sobre as etnias Arara e Juruna serão tão grandes que eles não poderão permanecer nas terras indígenas. E isso é lógico. Como os índios – pescadores e navegadores há séculos – vão continuar vivendo em um rio que não está mais lá? Eles terão que mudar as aldeias de lugar porque pelo menos 80% da vazão natural do rio será desviada. Trata-se de uma região de floresta de aluvião, que depende do alagamento sazonal para que as espécies vegetais e animais se multipliquem. Sem o alagamento, a floresta, os animais e os peixes vão morrer. Isso está dito nos pareceres técnicos do próprio IBAMA também”.

melhores condições no mercado” (CASTRO, 2008, p. 116). Ratificando tal assertiva, Garzon (2010, p. 92) propugna que “os eixos e projetos da IIRSA são voltados para a competitividade externa dos conglomerados econômicos situados na região, não para gerar dinamismo econômico equalizador entre os povos sul-americanos”.

No bojo desta discussão, é impossível deixar de notar tamanha semelhança entre as características substanciais do PAC e IIRSA. Ora, ambos operam direcionando investimentos para os mesmos setores. O PAC protagoniza o desenvolvimento nacional, através de investimentos, com maior densidade, nos setores de energia, telecomunicação e transporte. E, de forma semelhante, a IIRSA também “tem por base o desenvolvimento da telecomunicação, do transporte e energia...” (CASTRO, 2008, p. 129). Em outras palavras,

O empenho do governo brasileiro no G-20, em sua última versão, para reciclar a governabilidade da globalização e sua meta de tornar factível a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), replicando sua lógica no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), não deixa nenhuma margem de dúvida sobre a opção que o país adotou acerca de sua projeção externa (GARZON, 2010, p. 90).

Neste cenário, em que setores múltiplos recebem uma espécie de “mola propulsora” no que diz respeito a investimentos, é preciso considerar, em âmbito nacional, e particularmente para especificarmos a análise para o sudeste do Pará, o setor de extrativismo mineral (com mais ênfase no minério de ferro).

Em estudos que visam mapear os investimentos do BNDES para setor industrial brasileiro, Puga; Junior (2011, p. 5) detalham as perspectivas futuras, evidenciando que

[...] o cenário é de R\$ 62 bilhões de investimentos em extrativa mineral, no período 2011-2014. O minério de ferro é de longe o principal segmento, respondendo por cerca de 85% do valor mapeado (...). O Brasil se destaca mundialmente nesse segmento por conta do baixo custo de produção e logística integrada.

Isto se torna mais expressivo, sobretudo, no sudeste do Pará, onde o minério de ferro tem acentuada proeminência em relação a outros tipos. Diante desse fenômeno, Malheiro (2010, p.4), analisando esta região afirma que a apropriação do minério pressupõe a tomada e domínio do território. De acordo com as suas ponderações:

[...] temos um projeto de territorialização da produção mineral que se expressa em uma projeção da apropriação das minas, de cultivo do eucalipto e também da produção do carvão vegetal. Este projeto mostra-se como avassalador, uma vez que se articula em grande parte aos incentivos do governo e ganha, assim, legitimidade política para sua realização.

Tais projetos geram agravantes do ponto de vista dos conflitos, porque na medida em que suas proporções vão se dilatando, o choque com outros sujeitos torna-se inevitável. Isto se torna patente nas observações de Almeida (2011, p. 36), pois, segundo ele:

[...] os interesses dos agronegócios (soja, cana-de-açúcar, dendê, eucalipto, pecuária e carvoarias atreladas as guseiras), combinados com ações de mineradoras e grandes projetos de infraestrutura (rodovias, barragens, hidrovias, aeroportos, portos) e com medidas governamentais ditas de 'regularização fundiária' estão pressionando mais diretamente as terras tradicionalmente ocupadas [...].

Entende-se, com isto, que estes projetos são protagonistas de uma tensão e constituidores de uma sociabilidade em que o conflito é ingrediente com presença marcante e decisiva. Deste modo, a fronteira emerge enquanto campo de disputa de territorialidades múltiplas e identidades dessemelhantes. Arma-se, portanto, o *front*.

Marabá é um caso ilustrativo da concentração de indústrias relacionadas com o minério de ferro ou, mais recentemente, com a produção do aço. Para Hébette (2004, p.51),

O parque siderúrgico programado para o sudeste do Pará, especificamente para o município de Marabá, é constituído por usinas de ferro-gusa e de ligas de ferro-manganês. Em todas elas, o processo de redução de minério é baseado no consumo de carvão vegetal.

O complexo de guseiras, constituído ao longo dos anos no sudeste do Pará, localiza-se no eixo da Ferrovia Carajás. O referido parque industrial é composto por uma quantidade significativa destas guseiras, só em Marabá são várias indústrias instaladas atualmente, como a Cosipar, Usimar, Ibérica, Sidepar, Sidenorte, Maragusa (do grupo Leolar, grande empresa varejista da região), Da terra (do grupo Revemar, que atua também nos ramos de concessionárias e pecuária), Sinobrás, Cikel e a Ferro Gusa Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (MALHEIRO, 2010).

Importante ressaltar, em meio a este conjunto de discussões, que parte significativa da

energia produzida via hidroeletricidade tem seu destino certo: o setor industrial é o consumidor majoritário deste tipo de energia. No caso da região sudeste do Estado do Pará, a produção de ferro-gusa, principalmente a perspectiva de produção de aço, representa um consumo elevado de energia elétrica. Segundo MAB (2009, p.202), “esses projetos de barragens têm uma ligação muito próxima com as grandes mineradoras instaladas nesse território, que são donas de barragens e também grandes consumidoras de energia”.

Além de ser relevante como projeto infraestrutural incluso no PAC e, por este motivo, relacionando-se com a IIRSA, a construção de mais uma hidrelétrica na Amazônia (particularmente o AHE Marabá) se justifica, em escala nacional, por conta do crescimento da indústria do aço, ocasionando, assim, uma demanda ascensional por energia elétrica. Caso ilustrativo desta relação produção de aço e demanda por energia, é o fato de que está em andamento, em Marabá, a construção da Aços Laminados do Pará (ALPA). De acordo com Metálica (2010).

A Alpa deve começar a produzir a primeira placa em 2013. A usina terá uma instalação para produzir 2,5 milhões de toneladas de placas que será 100% da Vale (terá um alto-forno e dois convertedores). A unidade de laminação será instalada e tocada pela Aço Cearense, empresa que será majoritária com 75% no negócio. A Vale terá 25% da laminação. A Alpa terá também uma pequena linha de galvanização de 150 mil toneladas ao ano. Boa parte das placas fabricadas na Alpa, 750 mil toneladas, vão ser consumidas pela laminação da própria usina. Os restantes 1,85 milhão de toneladas serão exportadas para a Califórnia Steel, laminadora americana com controle compartilhado entre a Vale e a japonesa JFE Steel.

Conforme atesta o exceto acima, a essência da produção da ALPA é o aço. Este, por sua vez, resulta de uma prévia associação entre a sucata (ferro já utilizado) e ferro-gusa (ferro semi-acabado). Esta combinação, se olhada pelo viés do consumo de energia elétrica, é pernicioso, uma vez que a transformação do ferro em aço requer esta forma de energia. Além deste empreendimento que concentra a produção no aço, existe em Marabá a Sinobrás, siderúrgica que já verticaliza o minério e, por isto, consome uma quantidade exorbitante da energia disponível.

Compreender os projetos arquitetados para esta região é, antes de tudo, vê-los em sintonia, isto é, procurar visualizar as interconexões⁸ estabelecidas entre eles. A partir disso,

⁸Tal forma de entender estes projetos é compartilhada, principalmente, por quem já foi vitimizado por eles. De acordo com ponderações de MAB (2009), é preciso entender “que estes projetos são todos interligados, e a

pode-se dimensionar a envergadura dos impactos decorrentes desta combinação para localidades ribeirinhas, comunidades camponesas, entre outras.

É, portanto, neste conjunto de inter-relações que surge o Projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá. As análises tecidas neste trabalho estão polarizadas em torno deste empreendimento hidroelétrico, o qual representa uma ameaça para outras territorialidades já consolidadas na região Sudeste do Pará, e, também, para outras formas de utilização do rio.

Para entender este empreendimento em suas múltiplas dimensões, é necessário lançar mão de um esforço analítico que vislumbra compreender o arranjo de relações formado em seu entorno. São relações mercadológicas, as quais se consubstanciam em relações de poder. Relações estas que irradiam deste “epicentro” que é o projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá. É um mercado amplo e plural, em que várias empresas de segmentos diversos estão associadas. O capítulo seguinte representa o desafio de tentar delinear este assunto buscando explicitar as suas múltiplas facetas.

barragem de Belo Monte vem atender o mesmo objetivo, porque a Vale já anunciou interesse em investimentos em mineração na região oeste do estado, onde se localiza a hidrelétrica”. Nesta mesma perspectiva, “A UHE Marabá, que está prevista para região, mais uma vez tem o objetivo de atender aos grandes consumidores, como a Vale”.

3. ARRANJO DE RELAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO ENGENDRADAS PELO AHE MARABÁ.

Antes de dar início a abordagem central deste capítulo é essencial conhecer a dimensão que tem o Projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá, bem como os efeitos que dele decorrerão, caso ganhe materialidade. Vejamos, então, as características centrais do AHE Marabá, para que possamos, de fato, proceder a uma análise do arranjo de relações que se constitui em seu entorno, e, também, das estratégias de territorialização que servem de esteio para suas pretensões.

Como base no que demonstra o Boletim Informativo n° 4: *O direito de dizer 'não' à Hidrelétrica de Marabá* (2010, p.03),

[...] esta hidrelétrica terá capacidade de produção de 2160 MW [...]. Localmente fornecerá energia para empreendimentos siderúrgicos ampliação das minas de ferro e cobre e projetos do parque de Ciência e Tecnologia de Marabá. [...] Serão inundados 1.115 km² de terras (mais de 10.000 hectares de terras férteis).

De acordo com informações do Jornal Correio do Tocantins, edição de 28 e 29 de fevereiro de 2008,

Com um custo estimado em 2 bilhões de dólares, com um prazo de construção médio de oito anos, a hidrelétrica de Marabá deverá, caso construída, ser uma das maiores do país (...), tornando-se um aporte considerável para Sistema Interligado Nacional.

A enorme extensão de terra na iminência de ser inundada indica os impactos de cunho socioambientais que decorrerão do empreendimento supramencionado. Conforme mostram informações da empresa de consultoria *Diálogo* (em folder denominado: *Aproveitamento hidrelétrico AHE Marabá: Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Socioambiental*), uma das várias empresas ligadas ao AHE Marabá, doze municípios que fazem parte do Pará, Tocantins e Maranhão terão parte de seus territórios inundados. No Pará os municípios

afetados serão: Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará. Em Tocantins: Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Ananás e Buriti do Tocantins. E, por fim, no Maranhão: São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios.

A estimativa é de que “nada menos que 10 mil famílias, cerca de 40 mil pessoas que vivem às margens do rio Tocantins, poderão ser atingidas com a construção de uma usina hidrelétrica em Marabá” (CORREIO DO TOCANTINS, 2008, p. 08).

A Usina hidrelétrica de Marabá⁹, enquanto projeto em andamento, traz em seu bojo um conjunto de empresas que prestam variados serviços. Tais empresas, uma vez inseridas na dinâmica de construção deste empreendimento, constituem um mercado amplo e diversificado. Não há como não mencionar que esta análise se debruça sobre o estudo, não somente das relações mercadológicas deste arranjo de relações, há, sobretudo, a intenção de considerar a relação de poder subjacente a este amontoado de projetos.

Vamos dar mais um passo adiante no que diz respeito ao conhecimento do que está sendo chamado aqui de arranjo de relações. Entendê-lo consiste em visualizar, detalhadamente, os vários projetos que constituem o AHE de Marabá, bem como as suas diferentes áreas de atuação. Interessa-nos, para doravante elucidar esta questão, entender e explicitar a formação de três eixos de mercado em torno do projeto. O primeiro é o mercado de assessoria midiática, com maior representatividade na empresa *Diálogo Consultoria*. O segundo segmento é o que está concentrado em torno da construção da infraestrutura da Usina hidrelétrica em questão, mercado este que tem a representação da *Eletronorte* e do Grupo *Camargo Corrêa*, mas detalhamos apenas este último segmento empresarial. E, por fim, há um último segmento considerado nestas análises, que não se diferenciam dos demais no que diz respeito à busca por lucro, que é o de assessoria técnica. Este mercado conjuga as empresas ligadas ao preparo de EIA/RIMA, *CNEC Engenharia S/A*- estudos de viabilidade.

Percebemos, de forma geral, que a criação de vários mercados é um ponto fundamental para a consolidação deste projeto hidrelétrico, sendo que ver este empreendimento desta forma é relevante para demonstrar as relações que o constituem e as estratégias que o justificam.

No âmbito do *Mercado de Assessoria midiática*, iniciemos, portanto, o processo de

⁹ De acordo com Almeida (2009), a hidrelétrica afetará ainda as comunidades indígenas Gavião no Pará. Também o Parque Estadual do Encontro das Águas, onde os rios Tocantins e Araguaia se encontram poderá sumir. Pedra de Amolar, o marco geográfico da divisa entre os três estados deverá ter a mesma sina.

pormenorização dos empreendimentos pela empresa *Diálogo Consultoria*. A *Diálogo* é, até o momento em que se encontra esta pesquisa a mais atuante na região pretendida pelo projeto AHE Marabá. Isto porque, nas localidades em que estivemos pesquisando, conforme relato dos moradores, esta empresa já nos havia precedido no que se relaciona ao estabelecimento do “contato”.

Em matéria divulgada pelo jornal *Correio do Tocantins*¹⁰, em Marabá, pode-se ter uma dimensão do quão atuante está esta empresa nas futuras regiões afetadas pela Usina hidrelétrica de Marabá

O projeto *Diálogo* está na região promovendo o intercâmbio de informações sobre os estudos de viabilidade do AHE Marabá, com a participação das pessoas, instituições envolvidas e as equipes da Eletrobrás, Eletronorte, e da CNEC Worley Parsons a cargo destes estudos. Tal intercâmbio de informações é alimentado por meio da emissão de programas de rádio, vídeos, animações, materiais impressos (folders, mapas, gráficos) e, fundamentalmente, por meio de atividades de campo, que permitem o contato direto com a população, na perspectiva da formação de uma rede de intercomunicação.

Tais estudos realizados por este empreendimento fazem parte da produção do EIA-Estudo de Impacto Ambiental. É importante salientar os vários elementos dos quais esta empresa se apropria a fim de dar legitimidade ao AHE Marabá. A atuação dialógica com a população local, a utilização de programas de rádio, a idéia de oferta de informações. Todos estes elementos, em especial, o programa de rádio, que até bem pouco tempo era bastante atuante, representam a tentativa da produção de um discurso acerca da obra. Claramente, a promoção da aceitabilidade deste projeto hidroelétrico é um dos objetivos.

Conforme a abordagem mencionada acima- da constatação de uso de diversos meios para promover a aceitabilidade do projeto hidrelétrico na região- torna-se patente que há aí a tentativa de reforço de uma relação de poder que favorece, sobremaneira, a materialização do empreendimento. Nestes termos, na ânsia de compreender como se desenha esta relação, é necessário buscar recurso teórico em Foucault apud Dutra (2005, p. 34), no geral, conforme propugna este autor, o poder emerge de “um tipo de relações entre indivíduos, relações específicas, sendo que a característica distintiva do poder é que alguns homens podem, mais ou menos, determinar por completo a conduta de outros homens, porém, jamais de maneira exaustiva e coercitiva”, diz ele.

¹⁰ Edição 2122, Sábado, 16 de Outubro de 2010.

Em outro instante, e, ainda na mesma abordagem, agora detalhando este poder que escoa por entre as entrelinhas do mundo social (FOUCAULT, 1993 apud Dutra, 2005, p.34) detalha os “micro-poderes”, os quais são tidos como “poderes não concentrados na instituição-Estado, mas capilarmente disseminados nas relações que se realizam no interior da multiplicidade de instituições sociais. Um poder que é tanto individual quanto coletivo”, completa ele, e que “se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”. Este é um dos objetivos não manifestos dos reais interesses da *Diálogo Consultoria*. A intenção não é puramente mercadológica, mas, sim, desenhar uma atmosfera de aceitação, na qual, a partir da criação de discursos e visibilizando uma forma de ver o projeto, as populações locais tendam a aceitá-lo, apesar de suas contradições concretas. Passemos, então, a análise do mercado que emerge em torno da construção da infraestrutura física da Usina hidrelétrica de Marabá.

No âmbito do *Mercado em torno da Infraestrutura física* há um consórcio firmado entre a Eletronorte e o Grupo *Camargo Corrêa* que torna este ramo suntuoso da construção de hidrelétrica ainda mais imponente. É este segmento empresarial que prende a atenção nas entrelinhas que serão tecidas a seguir. Conforme pondera Camargo Corrêa S/A (2011, p. 04),

[...] o grupo é um dos maiores grupos empresariais do Brasil. De controle familiar desde sua fundação, ele investe e contribui para o desenvolvimento econômico e social do país. Fundado como uma construtora (...), o grupo expandiu e diversificou seus negócios. Hoje, possui participações relevantes e de liderança em diferentes setores da economia, incluindo, entre outros, engenharia e construção, cimento, concessões de energia e transporte, calçados, indústria naval (com foco em óleo e gás), incorporação imobiliária e siderurgia. Suas empresas empregam mais de 61 mil funcionários, que atuam para concretizar a missão legada pelo fundador, Sebastião Camargo, de construir o Brasil do amanhã.

O Grupo *Camargo Corrêa*, como o exceto acima deixa evidente, tem uma dimensão ampla e diversificada, de modo que se articula não só com um único setor da economia, mas com vários e, por isso mesmo, ostenta uma posição proeminente no mercado brasileiro. A imponência do Grupo surge, mais uma vez, quando, em declarações no seu próprio site, ratificam a sua articulação com o setor energético. De acordo com as ponderações em evidência, “o grupo Camargo Corrêa, com 25, 6% do capital total, é o maior acionista do bloco de controle da CPFL Energia, maior companhia privada do setor elétrico brasileiro, listada no Novo Mercado da BM & F, Bovespa e na Bolsa de Nova York (NYSE)”

(CAMARGO CORRÊA S. A, 2011, p. 40).

Não há uma relação desconexa entre as premissas fundamentais desta empresa-associar-se a empreendimentos públicos pela via privada, assim como a sua plena submissão aos ditames do capital- e a lógica imanente ao mundo capitalista. Ora, conforme o que nos apresenta (LESSA; TONET, 2008, p. 80-81).

Com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, esse tipo de conexão indivíduo- sociedade é rompido. A vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada, e a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado. O dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana (...).

Dentre as várias divisões operando no interior do grupo empresarial em questão, a que está em interface com a Usina hidrelétrica de Marabá é a divisão de Engenharia e Construção. Esta, por sua vez, sofreu, em 2010, um processo de reorganização,

Na reorganização da divisão foram criadas quatro novas empresas, especializadas em suas áreas de atuação: Camargo Corrêa Energia e construções, Camargo Óleo e Gás, Camargo Corrêa Construções industriais e Camargo Corrêa Infraestrutura. Elas são controladas pela holding Camargo Corrêa Construções e Participações, que também comanda a Construções e Comércio Camargo Corrêa, empresa que deu origem ao grupo e que concentrava, até 2009, a gestão de todos os empreendimentos da divisão. Além disso, foram criadas três novas Unidades de Negócios – esta última destinada ao desenvolvimento de novas empresas baseadas em serviços de infraestrutura, com atuação inicialmente dirigida aos segmentos de Saneamento e Defesa (CAMARGO CORRÊA S/A, 2011, p. 85).

A própria conjuntura de incentivos da política, por meio dos programas anteriormente expostos, como o PAC e IIRSA, redesenha a empresa, mostrando seu desenvolvimento no arranjo com o Estado brasileiro.

De forma paulatina, começamos a desenhar um pouco da dinâmica deste arranjo de relações. Ora, ele vem se consolidando com a presença de um mosaico de grupos, sedentos por lucros, os quais se articulam seja em prol da produção da aceitabilidade do AHE Marabá, seja objetivando se apropriar dos “benefícios” que o mercado em torno da hidrelétrica vai gerar. Vislumbraremos, agora, um terceiro tipo de mercado relevante para esta análise.

No âmbito do *Mercado de assessoria técnica*, o processo de planejamento e

construção da Usina hidrelétrica em Marabá é o fator que importa. O que está em destaque é, justamente, fazer ver as faces da empresa *CNEC Worley Parsons Engenharia S.A.*, a mais importante das empresas a cargo dos Estudos de Viabilidade ambiental do AHE Marabá. Interessa-nos, contudo, conhecê-la.

Com quase 50 anos de atuação, CNEC Worley Parsons Engenharia S.A. acumula ampla experiência na prestação de serviços de consultoria, no gerenciamento de projetos e em soluções completas de engenharia, que abrangem desde os estudos de viabilidade até o início da operação o empreendimento. [...] Com mais de 900 estudos e serviços de engenharia realizados, ergueu diversos complexos hidrelétricos e termelétricos, metrô, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, obras de saneamento básico, plantas industriais de refino e distribuição de óleo e gás, petroquímicas e de desenvolvimento urbano em todo e em países da América Latina e da África. [...] Criada em 1959- por professores da escola politécnica da Universidade de São Paulo (...), CNEC foi incorporada, dez anos depois, pelo grupo Camargo Corrêa. Em 2010, a CNEC foi adquirida pelo grupo australiano Worley Parsons, agregando expertise em exploração de petróleo, construção de refinarias, portos e plataformas em águas profundas – setores em expansão no Brasil. A integração também fará com que a CNEC Worley Parsons se torne uma referência em hidroelétricas na América Latina¹¹ (CNEC WORLEYPARSONS ENGENHARIA S.A, 2011).

Chama à atenção a complexidade deste empreendimento, uma vez que seus negócios se alastram para além do círculo fronteiriço brasileiro. Outro ponto fundamental é o fato de que os três segmentos empresariais relatados neste arranjo de relações se articulam a outros ramos de atividades no mercado. A *CNEC*, seguindo uma lógica similar, abarca uma série de segmentos, a saber: a) Óleo e gás; b) Energia; c) Mineração e metais; d) Meio ambiente e saneamento; e) Transporte de Massa (CNEC WORLEY PARSONS ENGENHARIA S.A, 2011).

Nas entrelinhas desta pesquisa, não se deve deixar de abordar a relação entre o grupo *Camargo Corrêa* e a *CNEC Worley Parsons S.A.* Como bem demonstram as linhas consideradas acima, há algum tempo a empresa Camargo Corrêa teve, sob seus domínios, o controle da *CNEC*. Ora, esta associação não pode ser negligenciada, afinal, o arranjo de relações o qual está sendo abordado, constitui-se, também, da existência destas interconexões entre as empresas a serviço do Projeto de construção da Usina hidrelétrica de Marabá.

¹¹“A CNEC Worley Parsons está entre as empresas com maior capacitação mundial em hidrelétricas e termelétricas. Somente em hidrelétricas, já projetou mais de 60 usinas, que totalizam uma potência instalada superior a 70 mil megawatts, o equivalente a cerca de 10% da energia gerada no mundo.” (CNEC WORLEYPARSONS ENGENHARIA S.A, 2011).

Priorizamos, até aqui, alguns aspectos considerados fundamentais e que ajudam a formar a o arranjo de relações que sustenta e dá sentido ao Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá. Não obstante, a análise não se esgota neste ponto. Seria injusto não mencionar a existência de outros órgãos ligados diretamente ao estabelecimento dessa atmosfera baseada, não somente na constituição destes mercados, mas na tessitura de relações de poder. Vejamos, por exemplo, o que demonstra o Boletim Informativo nº 4 PNCSA (p. 3) a respeito deste fator, em especial.

Esse jogo de relações se estabelece com a Eletronorte, FUNAI, INCRA, IBAMA, Governo do Estado e ainda com as empresas de consultoria e construtoras. A FUNAI decide, em Brasília, a forma como os indígenas serão “convencidos a aceitar” o empreendimento. O INCRA omite-se em tratar o que ocorrerá com os assentados. As construtoras elaboram os estudos “instantâneos” de EIA, RIMA. O ministério do Meio Ambiente e o IBAMA procuram acelerar a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental. Os governos; os prefeitos unem-se em “consórcios”. Muitos políticos, senadores, deputados, vereadores opinam a favor de sua construção por entender que representa “benefícios” para o Estado, a região e os municípios.

É dessa forma que as relações sociais tecidas entre empresas, órgãos governamentais, e sujeitos locais se organizam sob os ditames do poder. Almeida (2011), detalhando as estratégias para incorporar terras às transações do mercado, demonstra a associação que se estabelece entre diversos segmentos da sociedade (sujeitos do agronegócio, políticos e suas influências no setor jurídico etc.) com o objetivo de mercadorizar terras inalienáveis, inclusive, juridicamente. Sua análise se corporifica sob a denominação de agroestratégias. Um dos mais recentes elementos favorecendo os agroestrategistas é o novo Código Florestal. A bancada ruralista, conforme Almeida (2011, p. 28),

[...] ao fazê-lo, passou a considerar os fatores ambientais como obstáculos à ampliação da capacidade produtiva dos imóveis rurais e às transações de compra e venda de terras, dispondo-os no mesmo plano em que classificam os direitos étnicos, os laços de parentesco nos casos de terras de herança, sem formal partilha, e as práticas costumeiras de uso comum dos recursos naturais.

Em uma abordagem sumariada, pode-se dizer que as agroestratégias compreendem um conjunto “heterogêneos de discursos e alocações, de mecanismos jurídicos - formais e de ações ditas empreendedoras” (ALMEIDA, 2009, p. 57). Para que tais ações sejam postas em

prática tem havido uma associação de indivíduos “empreendedores” com os setores ligados, principalmente, a esfera política e jurídica, onde o resultado é o assenhoreamento de terras de populações tradicionais.

As agroestratégias fazem interpenetrar os campos políticos e de poder, renovando o pacto conservador, que garante os elevados índices de concentração fundiária, sob uma imagem iludida de consenso apoiado em “progresso tecnológico” e “crescimento econômico” combinados com grandeza nacional (ALMEIDA, 2011, p. 30).

As agroestratégias se constituem em aportes teóricos fundamentais para a análise das articulações entre grupos privados e os setores estatais. Articulação esta que demonstra um pouco da essência das relações de poder, neste arranjo de relações, as quais estão sendo aqui analisadas. O poder não é qualidade adstrita somente ao Estado, mas ele também é parte desta relação, assim como alguns setores da sociedade que se arranjam e logram benefícios com isto. É este o caso do qual tratamos neste capítulo.

Explicitando melhor esta noção de poder, Roberto Machado, no célebre prólogo de *Microfísica do Poder*, em que discorre sobre a noção de Foucault sobre este tema, relata que “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Foucault, 2007, p. X). Em outro momento, apropriando-se mais uma vez das noções de Foucault (2007, p. XIV), diz ele:

Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas de ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. [...] Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças.

Apropriar-se das formulações foucaultianas, bem como das noções de Almeida (2009; 2011) para tentar, minimamente, ler esta realidade que vem tomando corpo na região pretendida por este empreendimento hidrelétrico é de fundamental importância. Assim sendo, se não há este ou aquele indivíduo que tem, exclusivamente, o poder, é válido analisar os

arranjos de relações criados e que dão sentido aos empreendimentos, as estratégias que balizam uma grande obra de infraestrutura, como a que aqui está sendo estudada. A noção de que o poder não é uma coisa, mas uma relação nos é fundamental para melhor compreender o empreendimento e suas estratégias, e, além disso, ele é um conceito que encaminha metodologicamente a análise e, por isto, nos ajuda. Reconhecendo este processo complexo entre setores governamentais, empresas privadas e capital internacional, Waldenir Bernini Lichtenthaler, Antropólogo do Ministério Público Federal (MPF) em Marabá relata que,

[...] só para a construção de hidrelétricas o BNDES tem reservado 80 bilhões de reais. [...] nós estamos falando de um jogo de forças muito desigual, porque, por trás do interesse de fazer as barragens está o grande capital internacional, o projeto político-econômico do governo Federal, sustentado por um projeto de poder e muitas outras forças que dá pra imaginar: tem o interesse das empreiteiras, que tem um belo contrato pra fazer uma barragem dessas, contratos fabulosos, pagos a preços generosos para as empreiteiras, que tem negócios com os partidos políticos, a gente sabe né (Entrevista do dia 24/02/2012).

Tentamos, nas linhas tecidas acima, compreender o funcionamento desta rede produtiva que se difunde pelas entrelinhas do mundo social sem, é claro, recorrer à repressão. O entendimento destas relações de poder parece-nos dá possibilidade de compreender o processo de desterritorialização iminente das comunidades locais que vivem a partir da relação direta com o rio. Após a definição do que chamamos de arranjo de relações, isto é, desta redoma que congrega relações de poder, pode-se, agora, adentrar na definição das estratégias de territorialização engendradas pelo Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá.

3.1 ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DE MARABÁ.

No início deste capítulo detalhamos o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, agora se faz necessário abordá-lo, sem, contudo, deixar de mencionar o conjunto de sujeitos locais interessados na não concretização deste empreendimento. De início, é preciso ressaltar que falar do AHE de Marabá é falar de território, uma vez que a política se constrói pela apropriação de espaços previamente apropriados.

Para esta análise é necessário percorrer um caminho teórico similar àquele tomado por Brandão (2010, p. 44) e compreender que o que está em jogo é a acumulação primitiva do capital, uma vez que “o tomar domínio de bens públicos, assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo” (p.45).

A partir desta noção, Brandão (2010, p.46) demonstra que a acumulação primitiva não existiu única e exclusivamente “como fenômeno datado, originário, prévio, ou como ‘ponto de partida’, característico da pré-história do modo de produção capitalista”. Pode-se afirmar, com isto, que a essência da acumulação de capital, nos dias hodiernos, mantém-se conservada, pois a estratégia permanece sendo a tomada e o usufruto dos territórios- sejam eles habitados ou não- em favor dos grupos empresariais.

A recorrência deste assenhoreamento do bem público para fins particulares, e que vem acompanhado da desterritorialização dos sujeitos locais, torna-se evidente com o anúncio da Usina Hidrelétrica de Marabá. É, justamente, a permanência deste “processo de apropriação da propriedade social” que Brandão (2010, p. 46) chama de “acumulação primitiva permanente”. A apropriabilidade da água é, portanto, um exemplo claro deste fenômeno.

Por conta do avanço de grupos econômicos interessados em se apoderar destes espaços públicos, bem como de seus recursos naturais, a região Sudeste do Pará merece destaque, pois ela se torna um caso exemplificativo dessa ânsia por acumulação com caráter de continuidade. Neste contexto, não se pode fazer a análise deixando de mostrar outras existências, pois, do ponto de vista da utilização das águas, existe uma miríade de sujeitos locais que têm o rio como forma de lazer, meio econômico, fonte de alimento, de vida, e o referenciam como elemento basilar das suas práticas simbólico- culturais.

Esta forma de territorialidade humana se confronta com aquela engendrada pelos sujeitos coadunados à Usina hidrelétrica de Marabá, os quais vêem as águas a partir de um único prisma: como um recurso natural a ser explorado para a geração de energia e lucro. Produz-se, então, um discurso oficial das águas, o qual pretende se estabelecer, hegemonicamente, enquanto o único credível e legítimo.

É fundamental definir, de antemão, as noções de território utilizadas nesta pesquisa, para que se possa distinguir as territorialidades em contrastes aqui demonstradas. Haesbaert (2004) compreende o território como sendo um espaço definido por processos de dominação, ligados a questão econômica e política e também como espaço de apropriação, ligados a questão simbólico-cultural, sendo portando um espaço definido por relações de poder nestes

dois âmbitos logicamente interconectados. As identidades dos sujeitos estão intimamente associadas às suas relações com o território. Assim sendo, em se tratando da comunidade em questão (Apinagés), pode-se afirmar que já há uma territorialidade ali estabelecida, a dos sujeitos locais, apesar de ameaçada por outra: a do empreendimento hidrelétrico já mencionado, o qual reivindica para si, sucesso na monopolização daquele território.

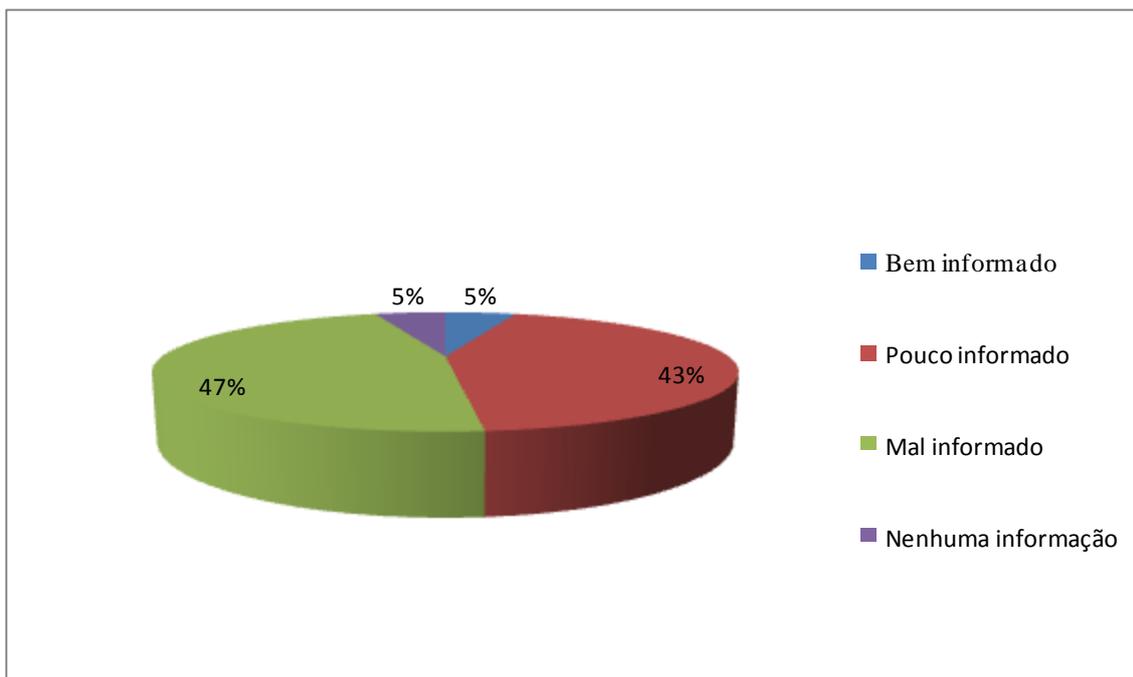
Em face da existência dessas formas distintas de ver as águas, o *front*, do qual falamos alhures, assume uma configuração específica. Ou seja, embora existam várias contradições e disputas por projetos territoriais no Sudeste do Pará (os projetos minerários e a pecuária são exemplos pertinentes), esta análise avança com acentuada proporção sobre um dos elementos deste *front*: a disputa se situa em torno da apropriação/utilização do rio, que, por sua vez, acaba por definir distintas territorialidades: a dos sujeitos locais e a que se vincula ao empreendimento em pauta.

Existe, por parte do empreendimento de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá, um conjunto de estratégias de territorialização as quais reforçam o seu interesse em se estabelecer neste espaço. São mecanismos fundamentais que, quando postos em prática, tendem a reforçar a legitimidade do empreendimento.

A primeira estratégia vem a ser a desinformação, que diz respeito ao não repasse de informações às populações locais sobre as etapas deste empreendimento barrageiro, tão pouco de como estão sendo pensadas, de fato, as compensações. Em entrevista, a Sr^a. Nazaré Bernardo, residente na comunidade de Apinagés, diz que apesar de algumas pessoas ligadas ao projeto já terem estado por lá, ela afirma desconhecer a dimensão real do empreendimento: “Eu fiquei sabendo por que o povo vinha me falar isso. Já andaram por aqui.” (Entrevistada em 27 de julho de 2010).

Na tentativa de fazer esta leitura pelo olhar empírico, isto é, de quantificar a realidade da desinformação com base em dados concretos, foram aplicados 60 formulários destacando a busca por evidências deste processo (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – RETRATO DA DESINFORMAÇÃO



Fonte: Dados de Campo (2011; 2012).

Os percentuais acima resultaram das respostas adquiridas em universo de 60 pessoas da comunidade mencionada. Onde 5% correspondem às respostas de três pessoas, 43% a 26 e 47% a 28 pessoas. É notório que a estratégia assente neste aspecto produz efeitos reais. É este, portanto, o mapeamento da desinformação obtido através de dados empíricos.

A desinformação se alastra para além das populações ameaçadas, diretamente, por este empreendimento. Alguns políticos locais, apesar de concordarem com o projeto, tendem a questionar esta inércia proposital, como constata Bogéa (2007):

Sessão especial em Marabá da Assembléia Legislativa, em regime de urgência, foi solicitada pelo deputado João Salame (PPS) para debater a construção da hidrelétrica de Marabá. [...] O silêncio da Eletronorte em não esclarecer indagações do povo e nem responder aos ofícios enviados pela Câmara Municipal tem causado preocupações.

É essencial reconhecer a centralidade da desinformação no processo que estamos denominando de estratégias de territorialização. No ano de 2009, em uma sessão na Câmara municipal de Marabá, a vereadora Vanda Américo põe em pauta, mais uma vez, esta discussão, enfatizando que,

[...] o IBAMA fez uma reunião, uma audiência pública aqui em Marabá de faz de conta. Uma audiência de tamanha importância, uma audiência pública que fizeram de noite. Em 2007, lá no ginásio (...) fizeram uma apresentação demoradíssima, pra mim conseguir falar eu vim falar 12:30 da noite (...). Já tudo trabalhado, as pessoas ficando lá até de madrugada para poder se manifestar. E assim muitas pessoas não conseguiram, ainda, naquele momento, se manifestar. [...] em nenhum momento a ELETRONORTE, ou qualquer empresa contratada por ela está preocupada com os impactos e com as pessoas que estão aí na região ribeirinha (...), pra ela quanto menos documentos tiver melhor, porque mais calote dão. [...] Eles tão dizendo agora que só vão fazer as compensações, as mitigações só depois que começar o projeto. [...] Depois da audiência pública de 2007, eu fui à Belém com o Dr. Felício Pontes, procurador geral do Estado. Fui acompanhada do deputado João Salame, pra que a gente denunciasse a forma como estava sendo iniciado o processo, a forma como foi feita a audiência pública, sem a participação efetiva do povo. [...] até quando começarem a obra vão continuar dizendo que ainda está em estudo, isso pra deixar a sociedade totalmente fora da discussão.

A desinformação¹², conforme se nota, é uma estratégia valiosa de territorialização, pois é uma forma de minimizar as ações contrárias ao projeto, é uma estratégia de não tornar os sujeitos cientes de sua desterritorialização.

Uma segunda estratégia é o cálculo do valor. Neste mesmo eixo, podem ser ressaltadas as ações que submetem as propriedades a um determinado valor. Por isto, cabe questionar: sob quais critérios este valor é calculado? Como mensurar o real valor de um imóvel? Quais fatores são dignos de serem elencados? Na entrevista abaixo, o Sr. Pedro Antonio ilustra bem esta estratégia peculiar de territorialização do empreendimento hidroelétrico em destaque.

Ai já tem é muita gente que eles já fizeram documentos. É assim: Já pegaram um bocado de nome das pessoas aí, né. Da beira do rio. [...] o pessoal da Eletronorte já conversaram com uma parte dos ribeirinhos, com todos não, só com os que moram bem no berandão do rio, viu. Quando eles foram fazer a marcação lá na minha terra, o doutor que tava na linha de frente lá, eu conversei muito com ele, ele foi que me orientou a plantar muita coisa. Porque, veja bem, mata nativa eles não paga. Eles só pagam o que a gente faz. Só o que faz. [...] só tem valor o que tá plantado, a mata nativa não. (Entrevista realizada no dia 02/12/2012).

Ainda nesta mesma perspectiva, o Sr. Manuel Vieira, abordando também questões

¹²“O Ministério Público Federal tem dificuldade de conseguir informação, porque as coisas são feitas no obscurantismo. A falta de capacidade das forças que resistem ao empreendimento de ter conhecimento de todas as informações e capacidade até de ter uma ação estratégica contra isso aí. [...] o próprio ordenamento jurídico brasileiro tem sido violado”, afirma o Antropólogo do MPF em Marabá, quando entrevistado em 24 de Fevereiro de 2012.

referentes às compensações, ressalta que,

[...] no tempo da ditadura militar, o governo fazia o que queria com o povo, agora, é diferente, hoje não, as coisas são diferentes. Não vivemos mais numa ditadura, por isso, eu acredito que a gente pode ser indenizado. Teve uma reunião no começo de 2011, no mês de março. Eles fizeram uma exigência pra nós. A gente tem que ter a terra intitulada, a casa. Quem tiver a casa intitulada pode receber outra. Mas quem ainda não tem seu título, o pagamento vai ser em dinheiro (Entrevista realizada no dia 02/12/2012).

Em face destas ponderações é possível perceber como é feito o cálculo do preço da saída dos sujeitos de suas localidades. São cálculos que consideram somente a dimensão material da vida. Para além do valor pago pelas moradias, terras, isto é, pela materialidade, há um valor que está sendo desconsiderado: não se contempla neste processo de negociação, o cálculo do valor histórico do lugar. Conforme especifica Waldenir, Antropólogo do MPF em Marabá,

[...] se fosse feita a indenização correta, todas as áreas alagadas, todos os impactos negativos decorrentes de um empreendimento como a usina de Tucuruí, ela seria economicamente inviável. Então, meu amigo, pode ter certeza de que os direitos das pessoas que vão ser atingidas pelas barragens vão ser violados, porque, se eles fossem ser respeitados, não teria dinheiro para pagar tanta indenização. [...] se você pagar realmente o que seria justo a essas pessoas não teria dinheiro. [...] **eu tô falando de pagar corretamente as indenizações materiais, se isso fosse pago corretamente não teria dinheiro para fazer isso** (Entrevista realizada no dia 24/02/2012 grifo nosso).

Deste modo, “os conflitos em torno do significado do lugar afloram uma vez que não são considerados os direitos territoriais que ultrapassam tentativas de valoração econômica da natureza” (OLIVEIRA & ZHOURI, 2006 *Apud* CRUZ, 2009, p.57). A história, a tradição, a memória e o apego pelo lugar não estão em destaque nesta discussão. Tais aspectos, no âmbito da discussão sobre compensações, são obliterados. Nada mais conveniente e estratégico do que tentar “compensar” somente bens materiais, bloqueando, assim, reivindicações direcionadas aos aspectos imateriais da vida.

Em paralelo com a desinformação e com o cálculo dos valores, outra estratégia se torna fundamental para que o projeto se territorialize nos espaços já ocupados e que, ainda sim, são pleiteados pelo referido empreendimento. O terceiro elemento estratégico na

territorialização do AHE Marabá é a associação que ocorre entre algumas instâncias do judiciário e órgãos, como o IBAMA, no favorecimento à materialização de empreendimentos hidroelétricos. Como lembra o Antropólogo Waldenir, em relação à UHE Belo,

[...] são mais de 11 ações que o MPF moveu contra Belo Monte pedindo a paralisação da obra: suspensão ou cancelamento da obra. Todas com fundamentação jurídica e amparo em laudos técnicos. Ora, as decisões em primeira instância normalmente são favoráveis ao MPF. Quando chega na segunda instância, em Brasília, as decisões são reformadas. Mas o argumento que justifica a sentença, que reforma a sentença de primeira instância e manda continuar a obra é: “há danos, possíveis danos, porém, dano maior é a falta de energia do país é o atraso na geração de emprego, prejuízo á ordem econômica”. Então, o argumento não é jurídico, o juiz rasga a lei para permitir que a obra seja feita. Então, o que acontece é isso, o próprio ordenamento jurídico é transformado em mera formalidade, porque é preciso fazer audiência, é preciso fazer EIA/RIMA (Entrevista realizada no dia 24/02/2012).

Processo este fruto de interesses do arranjo de relações entre empresas privadas e o Governo Federal e que, frequentemente, beneficia empreendimentos hidroelétricos, o que não exclui o AHE Marabá, como atesta, mais uma vez o referido Antropólogo [grifo nosso].

Qual a isenção que o IBAMA tem para avaliar a adequação dos estudos se o próprio IBAMA é subordinado ao Governo Federal, que é sócio da obra? [...] e necessariamente as licenças são concedidas, apesar das ilegalidades gritantes. **No caso da usina de Marabá nós temos o mesmo processo. Temos uma parceria público-privada, na qual o governo é sócio do empreendimento** (Entrevista realizada no dia 24/02/2012).

Este último elemento é fundamental, porque visa conduzir o empreendimento a uma plena territorialização, sem obstáculos de cunho jurídico ou mesmo ambientais. Isto é previsível, também, nas estratégias que sobrepõem o AHE Marabá a outras territorialidades e espaços já habitados, como se percebe em Apinagés.

No capítulo seguinte entraremos, especificamente, no embate discursivo entre os diversos atores sociais que estão envolvidos na disputa pela definição legítima do território do sudeste do Pará, bem como do uso das águas do rio Tocantins.

4 AHE MARABÁ EM DESTAQUE: DISSONÂNCIAS ENTRE O DISCURSO HEGEMÔNICO DAS ÁGUAS E DE ATORES SOCIAIS LOCAIS.

O presente capítulo tem a intenção de demonstrar o embate discursivo em torno do significado desta riqueza natural (água), que está em disputa no sudeste do Pará, após o anúncio do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá. Para isto, é necessário lembrar que o uso e a apropriação do rio perpassam, antes, por uma legitimação enunciativa. Por isto, ressaltamos, em um primeiro momento deste capítulo, o funcionamento dos discursos hegemônicos em torno desta questão. Em seguida, a análise está assentada nas vozes desconsideradas por estes discursos hegemônicos, vozes estas que nos remetem a outras formas e racionalidades de apropriação e uso das águas do rio e dos territórios em destaque.

Esta empreitada requer, primeiramente, a acuidade das análises tecidas por Dutra (2005), pois este autor é de relevância substancial se quisermos compreender, minimamente, tais práticas discursivas que produzem a Amazônia (e o sudeste do Pará) como espaço dissonante em relação aos sujeitos que a habitam. A respeito desta palavra caleidoscópica (de múltiplos sentidos) que é Amazônia, o autor protagoniza uma análise profunda sobre os enunciados que fabricam esta diversidade de significados. As práticas discursivas que aqui se instalam vêm a região sob “uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e, no mesmo processo, promove a invisibilidade humana” (DUTRA, 2005, p.15). Ela é tida como detentora de riquezas naturais ilimitadas, o que, nos termos de Almeida (2009), não passa de uma imagem ou discurso hiperbolizado. Por outro lado, “as reiteraões discursivas produzem o sentido de uma Amazônia como sendo um lugar estabilizado no tempo, vazio humano” (DUTRA, 2005, p. 27-26).

Um aporte teórico também fundamental para a investigação desta realidade é a noção de Bourdieu (2007) sobre o poder de di-visão que opera quando está em jogo a definição legítima da idéia de região. No sudeste do Pará, pode-se dizer que a disputa ocorre porque há interesses em jogo: a utilização das águas para geração de energia elétrica, por um lado, e, por outro, a permanência de territorialidades baseadas nas águas do rio. Pretende-se, porém, salientar esta segunda definição do espaço, mostrando a significância dele para a comunidade de Apinagés.

As discussões de cunho teóricas contidas neste capítulo nos conduzem a Souza Santos (2010), pois é através dele, ou melhor, sob as bases de sua sociologia das ausências que esta análise pretende se estruturar. De acordo com Souza Santos (2010, p.102), “o objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças”. É justamente este o percurso que tomamos, pois pretendemos mostrar, através do contraponto com esta concepção hegemônica de utilização das águas, que há outras existências e experiências sociais que se articulam, diretamente, com o rio.

Evidenciar a história de Apinagés, bem como a territorialidade que ela engendra, requer a exposição de dados empíricos colhidos em campo através de formulários e entrevistas. Isto viabilizará a concretização dos objetivos aqui propostos: proporcionar a visibilidade desta comunidade, baseando-se nos relatos os quais enfatizam a sua história, importância e como a vida de muitos moradores está atrelada ao rio.

4.1 DESCONSIDERANDO A EXISTÊNCIA HUMANA: A HIDRELÉTRICA DE MARABÁ NO DISCURSO.

Estruturar uma análise dos discursos na legitimação de empreendimentos que tem como lógica central a apropriação dos recursos da região é fundamental para compreendermos o processo de tomada das águas em curso pela Usina Hidrelétrica prevista para Marabá. Dutra (2005, p.04), revelando as produções discursivas direcionadas à Amazônia, ressalta que, sobretudo nos discursos da mídia, este espaço aparece

[...] como um lugar estabilizado no tempo, no qual a exuberância dos recursos naturais contrasta com a construção persistente de uma desfocagem do ser humano aí sobrevivente, formando, esses dois aspectos, um objeto uno de análise, pois as noções de *significância* (dos recursos) e *insignificância* (humana), como aqui colocadas, são faces de uma mesma textualidade.

Tais produções discursivas não só atribui *significância*, mas também hiperbolizam, nos termos de Almeida (2009), os recursos naturais da região (parece que eles estarão permanentemente disponíveis) e, em contrapartida, assevera Dutra (idem, p. 16) “índios e demais “povos da floresta” permanecem tanto invisibilizados quanto são tidos como ineptos para dar racionalidade aos recursos naturais”. Além destes elementos, as populações locais são tidas como entraves ao desenvolvimento pleno dos interesses hegemônicos, sobretudo, na

perspectiva de licenciamento de empreendimentos barrageiros, como se verificará mais adiante.

Quando as análises se assentam nos interesses na exploração das águas para geração de energia, o discurso da significância e da abundância deste recurso vem à tona. Conforme destaca Brasil (2007), a energia que abastece o país decorre, majoritariamente, da exploração das águas dos rios. Desse modo, o interesse nas bacias do Amazonas e Araguaia- Tocantins justifica os discursos de que os imensos potenciais destas águas para geração de energia elétrica devem ser aproveitados. De acordo com Brasil (2007, p.38), no que diz respeito à bacia do Araguaia- Tocantins, “essa região hidrográfica possui um dos grandes potenciais hidrográficos do país”.

A bacia do Tocantins/Araguaia tem sido bastante estudada, não só com vistas ao seu potencial hidrelétrico, como também com vistas aos recursos minerais e potencial de produção agropecuária e atividades industriais correlatas (p. 38).

Existe uma linha tênue entre o discurso (hiperbolizado) da significância e abundância das águas da bacia do Araguaia- Tocantins, e o discurso de que as populações locais representam entraves a estes empreendimentos. Ao enaltecer, por um lado, o potencial hidrelétrico desta região, Brasil (2007) afirma que, “quase 44% do potencial apresentam interferência direta com terras indígenas. Rio virgem (Araguaia) e cidades são as outras interferências mais relevantes” (p. 41). No caso da Bacia do Amazonas, o discurso se assemelha em todos os elementos, segundo consta, “mais de 44% do potencial apresenta interferência direta com terras indígenas, o que não surpreende, em razão de mais de 25% da Amazônia estar assim reservada. Parques nacionais são a segunda interferência mais relevante” (p.37). Acompanhando o discurso de que tanto a bacia Amazônica, quanto a bacia Araguaia-Tocantins são elementos centrais no fomento à produção de energia através da eletricidade, está o discurso de que as populações locais representam o insucesso da exploração total deste potencial.

Torna-se patente que o interesse pelos recursos naturais é o fermento destas noções sobre as diversas porções do espaço que compõem a Amazônia. E o sudeste do Pará, sem dúvida por causa do interesse nas águas pelo AHE Marabá, se insere nesta dinâmica discursiva. No entanto, não parece ser estes significados (referenciados no atraso e em

obstáculos) que perpassa o entendimento das populações locais. Ao contrário, se olharmos pelo prisma dos interesses hegemônicos, levados a cabo pela mídia, veremos que é ela própria a responsável pela construção e difusão de uma “imagem do índio e de todos aqueles a quem chamam *povos da floresta* como se eles fossem, em vez de sujeitos, objetos da *natureza*” (DUTRA, 2005, p.54). A produção jornalística abaixo (Figura 1) ilustra com clareza as ponderações feitas acima, pois São João do Araguaia é um das várias cidades que estão no espaço pretendido para instalação do Projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá.



FIGURA 1- MATÉRIA DE JORNAL MENCIONANDO SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. Neste caso, é evidente o tratamento da mídia impressa ao protagonizar o atraso de cidades, sobretudo, àquelas que se localizam as margens dos rios e que possuem formas alternativas de relacionamento com as águas. Fonte: Jornal Correio do Tocantins de Marabá-PA, 2008.

Embora haja insistência em atribuir à região essa característica de “lugar estabilizado no tempo” para, deste modo, justificar a retirada dos recursos naturais, existem outras possibilidades de leituras, acompanhadas de outros significados e outras racionalidades de uso deste espaço. São ribeirinhos, assentados, diferentes etnias indígenas, sujeitos que vivem de atividades extrativas, enfim, formas distintas de racionalizar os recursos, portanto, outros modos de compreender este espaço.

O interesse nos recursos da região, neste caso, no sudeste do Pará, vem acompanhado

de um discurso do desenvolvimento e de crescimento econômico (progresso). Discurso este com intenções modernizadoras, e, ao mesmo tempo excludentes. A justificativa de construção desta Usina Hidrelétrica em Marabá é, *a priori*, o menor custo-benefício por causa da sua proximidade com o Sistema Interligado Nacional. Atrelado a esta justificativa está o discurso de que,

O Brasil vem apresentando um crescimento econômico significativo, sendo que essa tendência deverá manter-se nos próximos anos. A esse crescimento associa-se um aumento do consumo de energia elétrica. [...] O Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá (AHE Marabá) poderá ser uma importante opção para agregar até 2.160 MW ao sistema elétrico nacional (FOLDER ELETRONORTE, 2008).

O discurso do crescimento econômico, portanto, do progresso representa uma tentativa de alargar o futuro, nos termos de Sousa Santos (2010, p.115). Nesta perspectiva de pensamento, “a história tem o sentido e a direção que lhe são conferidos pelo progresso, e o progresso não tem limites, o futuro é infinito”. Se assim o é, o futuro, agora, direcionado pelo progresso, não é objeto de cuidado. Deste modo, “um futuro assim concebido não tem de ser pensado” (idem). Sousa Santos (2010), lembrando as perspectivas traçadas pelo projeto moderno, ressalta que,

As expectativas modernas eram grandiosas em abstracto, falsamente infinitas e universais. Justificaram, assim, e continuam a justificar a morte a destruição e o desastre em nome de uma redenção vindoura (p.119).

Esta *redenção vindoura*, da qual fala o autor, está presente nos discursos hegemônicos que tentam legitimar projetos assentes na lógica capitalista do lucro. Em contrapartida, na realidade concreta, verificam-se rupturas com o discurso do progresso, sobretudo, quando se trata de construção de barragens, conforme ressalta MAB (2009).

Pode-se asseverar, com base nestes elementos, que o sentido enunciativo que a mídia e o próprio Estado revelam sobre a Amazônia entra em tensionamento com diferentes formas de defini-la: a das populações locais. Evidencia-se, sobretudo no sudeste do Pará, uma disputa pela legitimidade da definição do real significado desta região. De um ponto de vista teórico,

conforme Bourdieu (2007, p.113), estas perspectivas desencontradas de definição representam as

[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos humanos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.

Importa mencionar que esta “luta pelo monopólio da definição legítima” tem intenções práticas, ou seja, é uma definição interessada, pois pressupõe, ao mesmo tempo, o uso do lugar, isto é, o estabelecimento de uma territorialidade. Na região de Marabá, a utilização das águas é o motor deste conflito e, certamente, desta imposição de visões distintas sobre o que representa este “mundo social”. Por um lado (UH de Marabá), a significância do rio reside na sua capacidade de gerar energia “limpa”. Por outro (populações locais), ele é imprescindível para a sobrevivência econômica, subsistência, lazer etc.

Importa mencionar, neste conjunto de elementos discursivos levantados, que a produção do consenso na materialização de empreendimentos não é o único objetivo. O que está em destaque, principalmente no que diz respeito à construção do AHE Marabá, é a *idéia do inevitável*, nos termos de Malheiro (2010).

No âmbito destes grandes projetos uma estratégia relativamente nova parece se constituir, a *idéia do inevitável*. É cada vez mais claro que quando não se garante a produção do consenso para legitimar grandes obras, opera-se pela produção da resignação, a preocupação se desloca da produção de idéias socialmente aceitas à inevitabilidade de idéias, dos caminhos socialmente aceitáveis aos caminhos socialmente inevitáveis. Não mais se tem o direito de dizer não, pois estrutura-se um conjunto de estratégias para garantir a resignação (p.03).

No sentido posto, a *idéia do inevitável* é, também, umas das formas de funcionamento do discurso, já que produz uma realidade de resignação e de incertezas. O Antropólogo do MPF, ponderando sobre o AHE Marabá no que diz respeito às incertezas e a possível

inevitabilidade do mesmo, ressalta que,

[...] nós desconfiamos que o empreendedor vai protocolar o EIA/RIMA sem o componente indígena e o IBAMA vai conceder a licença. Nós temos essa desconfiança, não podemos afirmar que isso vai acontecer, mas vendo o que ta acontecendo em Belo Monte e em Santo Antonio e Giral, em outros contextos, olhando a história do que aconteceu na construção de barragens no Brasil, nós somos forçados a duvidar da isenção do processo (Entrevista realizada no dia 24/02/2012).

Quando não se legitima projetos pelo consenso, a estratégia fundamental é a criação de um ambiente de incertezas e de resignação oriundos, principalmente, de um discurso de que o empreendimento vai acontecer, sobretudo, quando o aparato governamental está envolvido, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Marabá. Deste modo, o discurso hegemônico ganha um componente a mais em suas estratégias discursivas.

Objetiva-se, aqui, visibilizar estas outras existências subalternizadas historicamente, tomando como base a comunidade de Apinagés, foco empírico desta pesquisa. Antes de conhecê-la é necessário demonstrar, tendo como aporte essencial as formulações de Souza Santos (2010, p.102-103-104), as formas em destaque de produção da não-existência. Duas, das cinco formas, ganham centralidade neste trabalho:

- A primeira lógica deriva da *monocultura do saber* e do *rigor do saber*. [...] Consiste na transformação da ciência moderna e a da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. [Ambas se declaram] cada uma no seu campo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente.
- A segunda lógica assenta na *monocultura do tempo linear*, a idéia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. [...] Comum (...) é a idéia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a idéia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. [...] a não existência assume a forma da residualização que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adoptado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo ou selvagem, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido.

É possível, após estas definições, compreender melhor a razão dos interesses desta

forma hegemônica de apropriação das águas dos rios da Amazônia, sobretudo, para construção de hidrelétricas: exemplo claro da presença de um dos modos desta *monocultura do saber*, que tenta impor como válido um único critério de utilização das águas, é o projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá. Parece ser a única maneira possível de dar racionalidade às águas do rio. Mesmo que, para isto, como mostra Dutra (2005), os sujeitos tenham que ser produzidos, discursivamente, como inexistentes ou atrasados, inseridos, principalmente, na *lógica do tempo linear* a qual se encarrega de enfatizar a “assimetria” dos sujeitos locais em relação ao ritmo de “desenvolvimento” em vigor.

5.1. AHE MARABÁ: VOZES DESCONSIDERADAS

Compõem o rol de localidades ameaçadas de inundação pelo lago que será formado com a materialização desta hidrelétrica: terras indígenas, assentamentos, comunidades ribeirinhas, cidades, enfim, lugares que são espaços de (sobre) vivência material e imaterial de várias populações.

O mapa abaixo (Mapa 1) mostra o canteiro de obras situado na comunidade do Espírito Santo que, assim como Apinagés, possui uma relação fundamental com o rio: a pesca é o caso exemplificativo por excelência. A norte está a reserva indígena Mãe Maria, cortada pela BR-222 e habitada por três etnias indígenas Gavião- *Kyikatêjê*, *Akãtikatêjê* e *Parkatêjê*.

- Considerando que na região não existe terras com características iguais a nossa para serem substituídas como forma de compensação;
- Considerando que todos os empreendimentos que nos afetaram diretamente nos roubaram os territórios que eles ocuparam, isto é, nos tomaram a posse imemorial, tornando nosso território em terras deles;
- Viemos informar que nossa comunidade se reuniu e decidiu que, não temos condições psicológicas e socioculturais mais um empreendimento em nosso território, ao qual além de nos trazer muitos problemas de todas as ordens que os outros trouxeram, ainda vai nos tirar parte daquilo que mais é sagrado, **A TERRA**.
- Deste modo e, pelo exposto, viemos expressar claramente que somos contrários a instalação da UHE Marabá no local onde ela está programada para ser realizar, pois seremos gravemente afetados.

Consoante informação do jornal *Correio do Tocantins*, edição de 28 e 29 de Fevereiro de 2009, em que ressalta a fala de Valter Muchagat, diretor de Infraestrutura de Energia Elétrica de Licenciamento Ambiental do IBAMA:

Segundo ele, com um quantitativo tão grande de camponeses, extrativistas e pescadores, é necessário bastante cuidado para mensurar os critérios de desapropriação, indenização e realocação dessas pessoas (...). Outro problema apontado por ele é que cerca de 3% da Reserva Indígena Mãe Maria seria afetada com a Barragem.

Conforme demonstra a carta cima, estes 3% do território Gavião possuem relevância imensurável, justificando, assim, a decisão de não aceitar mais um empreendimento naquela reserva. É nítida a contradição em termos de apropriação e utilização deste espaço, principalmente quando projetos que se arrogam “modernizadores” tentam se instalar negligenciando a existência humana.

A relutância em concordar com a instalação da Usina Hidrelétrica de Marabá tem uma razão de ser que remonta a um tempo histórico precedente. Muitas das populações locais temem pela repetição das arbitrariedades decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O deslocamento compulsório, o lamento e a dor, já assinalados por Magalhães (2007) são elementos que, assim como em Tucuruí, podem acometer as populações locais da região de Marabá.

O deslocamento compulsório é uma situação em que os grupos sociais têm o poder de deliberação tolhidos, deste modo “são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do grupo social, advindo de uma intervenção externa” (MAGALHÃES, 2007, p.14).

Submetendo à análise o “sofrimento social” advindo da construção de Usinas hidrelétricas, sobretudo, da UHE Tucuruí, Magalhães (2007, p. 223-222) afirma que o lamento e a dor- resultantes do deslocamento compulsório- ressurgem, por vezes, na arena pública¹³. O lamento, por sua vez, “é uma volta ao passado, ao conteúdo da irreversibilidade inerente a este processo de deslocamento compulsório”. Portanto, ele é “a repetição daquilo que foi perdido”. Este processo de reatualização do passado nos “fóruns de lamento” é, ao mesmo tempo, uma forma de ritualização da dor.

Em virtude disto, atores sociais diversos receiam a construção desta Usina Hidrelétrica na região de Marabá, como demonstra o Boletim Informativo nº 4 PNCISA (2010, p.6) ao mencionar a fala da Sr^a. Rosa dos Santos Silva, integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e assentada no PA 21 de Abril. Segundo ela,

Hoje todo mundo tá velho. Não tem condições de colocarem a gente debaixo da água, é muito difícil a gente chegar, ver o lote da gente virar só água. Quando eu vejo falar disso, eu fico triste demais. Tudo que a gente sofreu aqui por um pedaço de terra, pra hoje a gente, de repente, sair. E difícil demais.[...] eu luto por aquele lugar, porque eu amo aquele lugar, onde a gente criou nossos filhos, trabalhou (...). A gente luta muito, enquanto eu puder lutar, eu luto por aquele lugar. O que depender de mim eu luto mesmo. Eu amo aquele lugar.

Quando se trata de explicitar pensamentos em relação ao Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico previsto para Marabá, vários atores sociais convergem no que diz respeito às opiniões contrárias sobre este empreendimento. Em estudo no P.A Castanhal Araras, Cruz (2009, p.50), através da fala da Dona Maria, uma das pioneiras deste assentamento criado em 1987, demonstra como é real o receio de ter o lugar de moradia alagado.

[...] A gente vê falar, né?, que vai começar em dois mil e dez, né?, dois mil e dez que eu vi falar e isso aqui vai alagar tudo, o meu marido já fez até promessa pra num sair, né?, ele disse que se num, se essa hidrelétrica não vier, ele vai construir uma igreja pra nossa Senhora Aparecida, porque aqui é onde a gente criou os filho, aí tem muitas coisa que desgosta a gente,

¹³ A arena pública, conforme pondera Magalhães (2007), remete aos “fóruns públicos (assembléias, reuniões, encontros). Estes podem ser denominados de “fóruns de lamento”, porque são, concomitantemente, lugar da reivindicação política e espaços de encontro com a própria história e, por consequência, espaços de recordação e enunciação de todas as partes “(p.216).

mas aí eu tenho como sair também, né?, e deixar o lote, porque é uma coisa que a gente paga ele, né?, mas é uma coisa que a gente adquiriu com muita luta, aí a gente, eu tem minhas filhas que moram em Goiânia, e aí lá tem como sobreviver e deixar o lote, mas eu num queria vê isso aqui alagado, que aqui já tem duas neta, né?, uma neta e um neto, aí isso aqui é uma história que eu queria deixar assim pra meus neto, pra quando eles crescesse aí eles tinha como vê aonde a mãe deles nasceu, onde os tio foi criado, isso é assim um sonho meu.

Nesta perspectiva de contraposição ao AHE Marabá, está a atuação de movimentos sociais como a CPT e o MAB. A intenção das ações empreendidas por eles é, justamente, desenvolver determinadas “atividades, realizando reuniões em áreas que poderão ser atingidas, levando às comunidades informações acerca do projeto na tentativa de organizar um processo de resistência e de discussões coletiva para esse problema” (MAB, 2009 apud CRUZ, 2009, p. 30). As organizações de diversos setores da sociedade contra o referido empreendimento não cessam, pois como bem observa Cruz (2009):

Camponeses e camponesas também se organizam para lutar contra a construção da UHE de Marabá. Reunidos nos dias 21,22 e23 de novembro de 2008, realizaram o Seminário “em defesa da Amazônia e das comunidades atingidas”, promovido pelo MAB e CPT, com parceria de outras entidades e lideranças camponesas dos municípios de Marabá, São João do Araguaia, Palestina do Pará, Bom Jesus do Tocantins e Brejo Grande do Araguaia. O Seminário foi realizado no Centro de Formação Cabanagem, em Marabá. Foram debatidos temas como: o modelo energético brasileiro; análises de conjuntura; e os grande projetos na Amazônia e suas implicações na realidade regional. O seminário findou-se com o lançamento da “Carta final do Seminário ‘em defesa da Amazônia e das comunidades atingias’”, no intuito de denunciar que a UHE Marabá não beneficiará a população brasileira; que será o povo brasileiro que vai pagar a conta deste empreendimento (p.32).

Este é, portanto, o cenário criado na órbita deste projeto hidroelétrico previsto para a região de Marabá, onde os diversos sujeitos contrários à sua efetivação tem consciência de que a luta social é instrumento indispensável àqueles que, historicamente, foram subalternizados por empreendimentos ligados à dinâmica do capital.

Cada ator social se apropria de mecanismos peculiares de resistir ao empreendimento. O Antropólogo do MPF em Marabá, lembrando que o AHE Marabá interfere em parte de algumas terras indígenas, afirma que

[...] os estudos de impacto nas comunidades indígenas tem que ser feitos com autorização das comunidades indígenas e tem que ser estudos primários: são estudos feitos a partir das pesquisas de campo. [...] então os índios não autorizam, eles não estão autorizando fazer os estudos. Os índios estão segurando o empreendimento nesse sentido (Entrevista realizada no dia 24/02/2012).

A lei brasileira assegura às populações indígenas, quando houver interesse de determinados empreendimentos em explorar suas terras, a não autorização de pesquisas. Conforme prevê a (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art.231, § 3º apud RELATÓRIO C.E “ATINGIDOS POR BARRAGENS” 2006, p. 14 grifo dos autores):

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

É este o panorama central das lutas e das vozes que esboçam opiniões contrárias à instalação da Usina Hidrelétrica de Marabá. Vozes estas que, quando os interesses do capital estão em jogo, são desconsideradas, invisibilizadas e até mesmo silenciadas. Não obstante subalternização, elas existem e formam o substrato da resistência a diversos empreendimentos no sudeste do Pará (como se observa em relação ao AHE Marabá).

No capítulo seguinte, pretende-se abordar a territorialidade consolidada na comunidade de Apinagés. Auxilia-nos nesta empreitada, um conjunto de relatos tecidos pelos próprios habitantes da comunidade através de entrevistas, assim como dados obtidos a partir da aplicação de formulários.

5. APINAGÉS NAS MEMÓRIAS: A PERMANÊNCIA DO LUGAR É CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE UMA TERRITORIALIDADE JÁ CONSOLIDADA.

O percurso que trilhamos até este ponto foi substancial para conhecermos as diversas comunidades, bem como as territorialidades ameaçadas pela Usina Hidrelétrica de Marabá. Neste capítulo, em especial, a delimitação do estudo da territorialidade existente na comunidade de Apinagés é o foco central. Para tanto, procedemos, em primeiro plano, a uma contextualização desta localidade a partir das trajetórias de vida de atores sociais que há muito tempo habitam aquele lugar. Com isto, foi possível vislumbrar os laços de parentesco que se estabeleceram ali. Tudo isto compõem a dimensão de uma vida social vinculada profundamente ao espaço de vivência, isto é, de uma territorialidade atrelada ao rio. Por esses elementos, torna-se patente a intenção destes sujeitos de permanecerem na comunidade. Deste modo, uma gama significativa dos habitantes de Apinagés, em uma enfática decisão de se manter ali, coloca-se como contrários ao Aproveitamento Hidrelétrico Previsto para Marabá. Projeto este que exercerá influência direta na comunidade em questão.

5.1 VIDAS E HISTÓRIAS: A APINAGÉS DAS LEMBRANÇAS E DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO.

Dos vários lugares que poderão ser atingidos pela Usina hidrelétrica de Marabá, Apinagés recebeu nossa atenção especial, primeiro, pelo fato de ser uma das comunidades banhadas pelo rio Tocantins, e, por este aspecto, as interações moldadas entre os sujeitos e as águas se tornam ainda mais manifestas. Nesse sentido, a comunidade se apresenta como intimamente ligada ao rio por sua história e relações.

A comunidade de Apinagés pertence ao município de São João do Araguaia, o qual está situado a 50 km de Marabá. Mesmo com uma pequena extensão territorial, se a comparada à Marabá ostenta uma posição privilegiada no que diz respeito ao fato de ser uma das localidades mais antigas do sudeste do Pará. Esta proximidade com o rio é indicativa de que a vida de muitos de seus habitantes se edifica, sob vários aspectos, no contato com as águas. A figura (2) abaixo ilustra um pouco da dimensão espacial da comunidade, assinalando

os traços urbanos que formam o lugar.



FIGURA 2- VISTA PANORÂMICA DE APINAGÉS. A comunidade fica distante de São João do Araguaia 6 km. Embora considerada pequena, como observado no traçado das ruas, Apinagés possui um grosso cabedal de riqueza histórica. Foto: Thiago A. Bernardo / 2011.

Tecendo uma série de relatos sobre a história (inclusive econômica e política) de Apinagés, o Sr. João Pereira da Silva remonta alguns aspectos fundamentais daquela comunidade:

Estou com oitenta anos. Olha, morando aqui mesmo estabilizado com a vida desde 1964. Mas eu já habitava a região, já morava aqui, trabalhava aqui. Só que não tinha família, não é. Minha família era fora. Eu vim da cidade que hoje é Tocantinópolis, no Goiás. Quando eu vim naquela época pra cá... Eu vim naquela época a trabalho, eu vim pra cá em 49, em Outubro de 49. Saí de Araguatins com destino ao Pará. Em Outubro de 49, aí eu vim. De Outubro de 49, eu entrei aqui a primeira vez [EM APINAGÉS]. Isso aqui era só mesmo um local. Nós íamos trabalhar na castanha com o Luís Franco. Nesta época, o São João só tinha mesmo só aquele “turrão” ali onde é a casa do Zé Pereira. O castanhal dos Mutran era no Sororozinho. Eu fui trabalhar lá, trabalhei a safra de 49 pra 50. Aí em 51, no final de 51 e início de 52, descobriu aqui o garimpo de Apinagés. Descobriu o garimpo aqui pelo mês de Abril pra Maio. Aí ficou o fantástico garimpo de Apinagés: cristal. Aí nego corria daqui pro Chiqueirão, Xambioá, Apinagés. ***É só o transporte fluvial que tinha.*** Quem pegava dinheiro, aí era no avião. Aqui tinha um porto, um aeroportozinho. Avião descia aqui era direto. Aí foi o tempo que Apinagés tinha fama, tinha nome, tinha tudo. Era bonito, Apinagés saiu na história, cresceu. Ai foi a época de 50 e 55. Foi a primeira política que foi

tirado um Prefeito daqui de dentro, o João Aderbal Santana, que se elegeu a prefeito. Daqui de dentro de Apinagés. Aqui era um distrito de São João. Ele foi eleito prefeito de São João do Araguaia, mas pela votação daqui de Apinagés. Ele teve maioria do Vavá Mutran de 25 votos (...). Aí quando foi em 62 o Vavá ganhou... O Zé Pereira era chefe do município de São João do Araguaia. O Zé Pereira era vereador de Marabá, eleito pra região aqui (...). Antes do garimpo tudo aqui era Castanhal, na época do garimpo era castanhal. Só passou a não ser mais castanhal quando o Vavá Mutran ganhou, porque ai ele comprou a parte do Juca pra emancipar com o município (...). Depois que o Vavá ganhou comprou essa légua do Juca Seixas, comprou o castanhal que era do Antonio Miranda e liberou tudo pra município de São João. Naquela época de 60 até 70 e 75, isso aqui era o lugar que mais produzia arroz. Tinha três armazéns da cooperativa. Aqui em Apinagés, na década de 60 até 75. De 60 até 78, a fase era produção de agricultura, depois entrou a parte de pecuária e madeireiro (Entrevista do dia 27/07/2010 grifo nosso).

A comunidade, portanto, remonta a história regional, seja pela produção da castanha, seja pelo garimpo. Os traços históricos espelham a região, sem esquecer que o rio sempre foi importante para estas atividades. D. Nazaré Bernardo, também uma das pioneiras da comunidade, ao rememorar tempos pretéritos, demonstra que o resguardo da memória é um dos fatores primordiais da vida. Trazer à tona fatos passados é, em certa medida, revivê-los, não concretamente, mas através das lembranças.

Moro aqui em Apinagés há cinquenta anos, eu cheguei no dia 02 de fevereiro de 56. Nós morávamos em São João. Aqui era garimpo, em cinquenta e um foi garimpo de diamante, mas era cheia de casa, era uma vila mesmo, tinha colégio. [...] eu to com esses anos morando aqui, não é, cinquenta e quatro anos. Eu tenho meus filhos aqui: é doze filho, ta tudo criado aqui. Pra mim aqui é um sossego. Minha casa não é granfina, mas eu to vivendo bem, graças a Deus, não é. Eu fico triste quando fala que vem Barragem. Mas a história, meu filho, se eu fosse escrever não tinha papel que ia dar (Entrevista do dia 27/07/2010).

O Sr. Messias, seguindo lógica similar, remonta os tempos da sua chegada à comunidade, ressaltando a importância da sua principal fonte de renda: a pesca.

Eu cheguei pra aqui eu morava no Landi. Nesse tempo era município de Marabá. Daí nós mudamos pra cá, foi o tempo que São João passou à cidade. Aí a gente já morava aqui. Aqui eu construí família. Tenho nove filhos, e toda a minha família foi construída aqui em Apinagés. Nesse tempo que eu mudei pra cá, Apinagés era muito bom. Pouco serviço, mas a gente, no pouco tempinho que tinha, a gente ganhava dinheiro que dava de viver. [...] a minha vida aqui era viajar de Imperatriz pra Marabá. Depois começou a sair as estradas, nós paramos. Ai eu passei a pescador. A minha carteira de pesca ta com quarenta anos. E aí toda a vida me batendo na pesca. [...] eu tenho poucos dias que moro aqui: eu to praticamente com quarenta e três anos. Praticamente minha família foi construída aqui, porque o rapaz que eu trabalhava pra ele morava aqui. Ai eu mudei pra cá, começamos trabalhar aqui, e aqui mesmo eu construí família. Até agora to achando bom aqui. Antes de eu vim pra cá já trabalhava com pesca. [...] aqui eu pesco, aqui eu arranjo emprego. Tenho ali um pedacinho de terra que eu ponho roça. E ai sempre pra mim é muito importante (Entrevista do dia 27/07/2010).

Conforme demonstra a tabela (1) a seguir, muitos dos habitantes daquela comunidade possuem uma longa relação com o lugar. Embora as respostas majoritárias observadas no formulário de campo sejam aquelas que excediam o tempo de cinco anos, muitos moradores do referido lugar não se abstiveram em dizer que estão ali há muito mais tempo, alguns, inclusive, já nasceram em Apinagés.

TABELA 1 - TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE

Há menos de um ano	01	1,67 %
Há mais de um ano	02	3,3 %
Há mais de cinco anos	57	95 %
TOTAL DE ENTREVISTADOS	60	100%

Fonte: Dados de Campo (2011; 2012).

Este é um dos aspectos mais marcantes de Apinagés, quase todos os entrevistados possuem um extenso tempo de permanência naquela localidade. Em decorrência desta permanência de longa data, muitas pessoas constituíram família e isto é um fator relevante para que o apego à comunidade se torne mais sólido. Entre uma ou outra conversa, no trajeto de pesquisa, quase sempre nos percebíamos dialogando com parente de pessoas que já havíamos entrevistado anteriormente. Ou, então, quando os sobrenomes eram idênticos,

sentíamos no dever (para não falar em curiosidade) de perguntar: *você é parente de fulano?* As respostas eram previsíveis. Quase sempre eram *sim*. Entre diálogos e aplicações de formulários, descobrimos uma extensa relação de parentesco ali presente. Abaixo a tabela (2) apresenta, com clareza, as palavras tecidas anteriormente.

TABELA 2 - PARENTES RESIDINDO NA COMUNIDADE

Sim	56	93,3 %
Não	04	6,67 %
TOTAL DE ENTREVISTADOS	60	100 %

Fonte: Dados de Campo (2011; 2012).

O enfoque na relação com o lugar, através da teia de parentesco é fundamental para a entendermos o enraizamento das pessoas na comunidade. Em Apinagés esta característica é marcante. Estas análises são fundamentais não só porque demonstram os laços de parentescos formados ao longo dos tempos na comunidade, elas são importantes, também, porque ressaltam tamanha desestruturação familiar em vias de consolidação, caso o AHE Marabá seja materializado, tendo em vista que este tipo especial de impacto não poderá ser mitigado e/ou tampouco compensado.

5.1.2 Formas alternativas de uso racional das águas: Apinagés e a relação com o rio.

Nos trajetos empíricos tomados por esta pesquisa, pudemos constatar uma relação primordial entre as pessoas da comunidade de Apinagés e o rio Tocantins, que banha o espaço físico em destaque. Por isso mesmo, aquelas águas são usadas de várias maneiras, muitas delas, refletindo diretamente na sobrevivência material das pessoas, como é o caso da pesca. A figura (3) abaixo demonstra o posto de embarque e desembarque em Apinagés, no período de em que o rio está cheio.



FIGURA 3- PORTO DE APINAGÉS EM ÉPOCA DE CHEIA DO RIO TOCANTINS- Nos detalhes, canoas e barcos demonstrando o quanto a navegação é imprescindível na vida de muitos habitantes daquele lugar. Foto: Cristiano B. da Silva 02/ 2011.

A pesca é o motor desta necessidade de uso de transportes aquáticos. Para além deste proveito, os transportes em canoas e barcos, no período de verão, são utilizados para a locomoção de turistas e banhistas às praias localizadas às proximidades de Apinagés. Esta é uma das formas de complementação da renda, segundo fui informado através de diálogo informal com moradores que desenvolvem esta atividade. Inclusive, em um destes momentos, algumas pessoas deixaram evidente a intenção de criar uma associação de barqueiros, justamente para regulamentar este tipo especial de transporte. Com isto, conforme mostra a tabela 3, pode-se assegurar que o uso do transporte fluvial, hoje, ainda é de fundamental importância.

TABELA 3 - IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE FLUVIAL

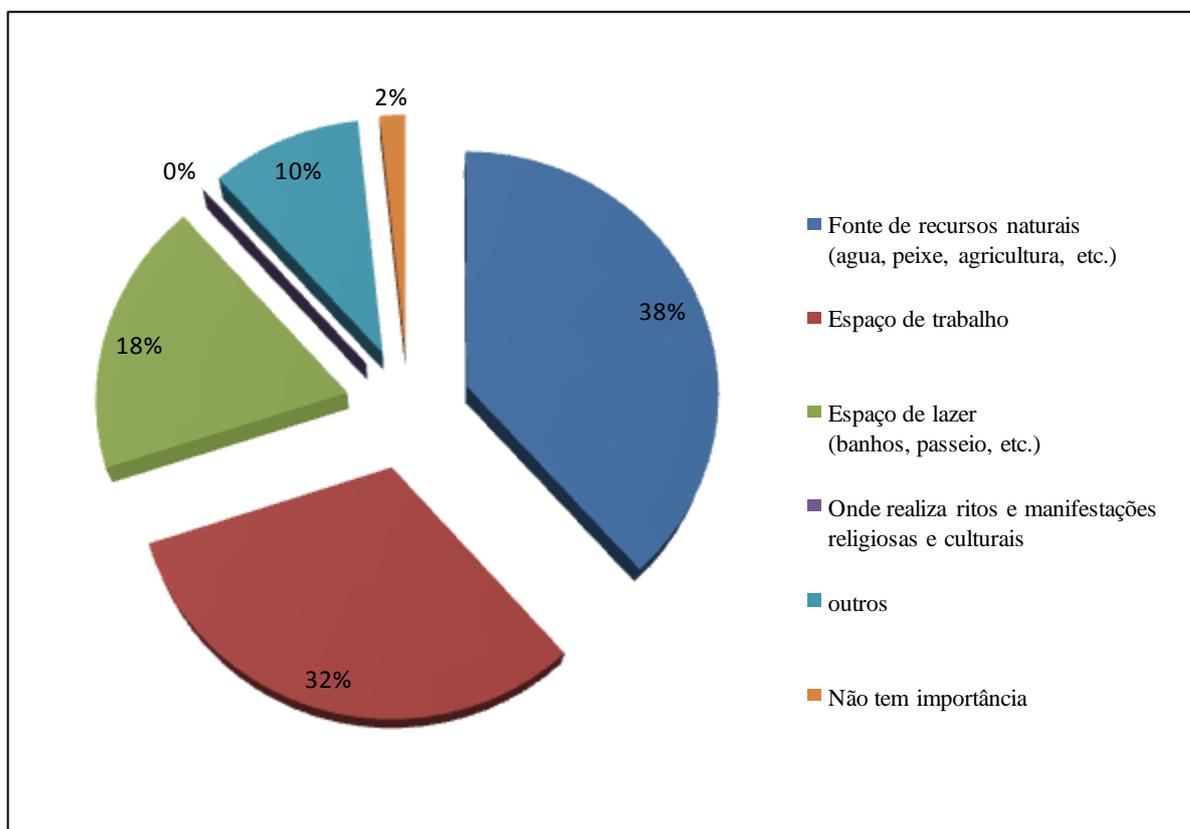
HOJE:		
Muito importante	44	73,3 %
Pouco importante	15	25 %
Nenhuma importância	01	2 %
TOTAL DE ENTREVISTADOS	60	100 %

Fonte: Dados de Campo (2011; 2012).

A análise de dados nesta etapa é fundamental. Expor os resultados da aplicação de formulários significa fazer uma leitura sistematizada das várias opiniões sobre a real

importância da comunidade de Apinagés. Tal importância, de certo, como enfatizado anteriormente, está associada à relação com o rio e aos múltiplos usos que as pessoas de Apinagés fazem dele (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2- IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DO RIO



Fonte: Dados de campo (2011; 2012)

O gráfico demonstra a sinergia da comunidade com o rio. De um montante de 60 entrevistados, apenas 2% (uma pessoa) não atribuiu importância ao rio. No entanto, 38% (23 pessoas), 32% (19 pessoas), 18% (11 pessoas) e 10% (seis pessoas) dos entrevistados afirmam estruturar suas vidas a partir da relação com ele. Não há, portanto, somente um tipo de relação, mas, sim, uma pluralidade. É deste modo que se edifica a vida e, com ela, ganha importância a comunidade de Apinagés por estar próxima ao rio e atrelar a vida de muitos a esta estreiteza.

D. Nazaré Bernardo, em trecho em que ressalta uma das múltiplas formas de apropriação e utilização das águas do rio Tocantins (lazer) enfatiza que, se o projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá ganhasse materialidade:

[...] seria muito ruim, acaba as belezas da beira do rio, onde os meninos brincam. O povo de fora vem, acha uma maravilha. Esse ano veio gente até de Parauapebas, veio pras beira desse rio. Muita gente de fora que vem desses outro lugar, de Goiânia, por causa que aqui é uma maravilha. Vai saindo as noticia, não é, e o povo vem ver essa natureza, essa beleza, se é verdade. O bico do papagaio ai tem gente que não sabia o que é isso. Ai foram ver. Levaram coisa pra filmar, não é, e gostaram, não é. Mas é assim mesmo. Mas eu gosto de ver a beleza do rio. Acho muito ruim. Pra mim é uma tristeza, porque cada beleza do rio, cada beleza do lugar, nós vamos pra onde? Diz, “vão pra outro lugar”, mas a saudade daqui nunca sai. E é assim, não é. Se Deus quiser não vem essa barragem, tão cedo. Se ela vier é muito ruim. Se ela não vier é melhor (Entrevista do dia 27/07/2010).

São formas de apropriação e utilização das águas do rio que, de certo modo, estão ligadas à reprodução social da comunidade. Muitos dos que habitam Apinagés (como bem demonstra o gráfico 2) caracterizam o rio como espaço de trabalho. Não por acaso, existe na referida comunidade uma colônia de pescadores, como ilustrado na figura 4:



FIGURA 4 – ESPAÇO DE REUNIÕES DOS PESCADORES DA COMUNIDADE- A colônia de pescadores é um dos espaços fundamentais na comunidade. Conforme assevera o atual presidente, João da Cruz, ela congrega atualmente 265 pescadores. Importante mencionar que, apesar de possuir sede em Apinagés, é nela que os pescadores de todo o município de São João do Araguaia estão cadastrados. Logo, é um espaço que tem importância não somente para a comunidade de Apinagés, mas para todo o município. Foto: Bruno Malheiro 04/2011.

Esta pesquisa, de fato, constituiu-se de momentos especiais catalisadores de conhecimentos daquilo que nos propomos a conhecer. Os formulários, embora recheados de questionamentos previamente ordenados, não limitaram o diálogo sobre temas distintos daqueles pré-escritos, por assim dizer. Entre um ou outro questionamento preenchido, assuntos sobre a história da comunidade pelo viés da pesca emergiam em narrativas que pareciam nostálgicas. O Sr. Pedro Antonio da Silva, em um destes momentos, revelou que foi o primeiro presidente da Colônia de Pescadores Z-45. Apresentando documentos que corroboram a sua afirmação, ele mostra um dos episódios em que também atuou, solicitando ao IBAMA, a observância da utilização racional do rio. O documento abaixo (FIGURA 5) data de 1990.

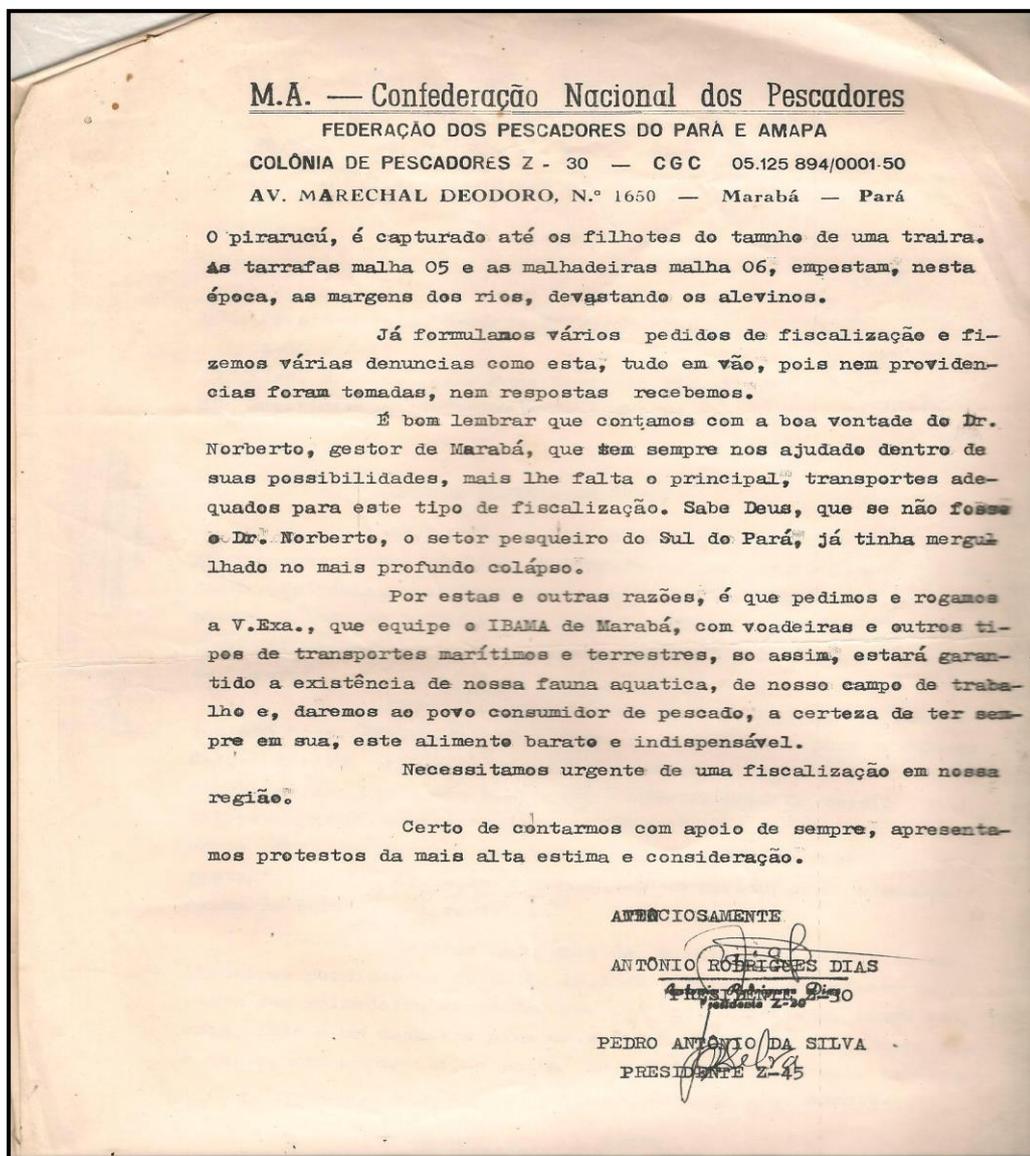


FIGURA 5- ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ATIVIDADE PESQUEIRA- Este documento não só reafirma o momento em que esteve à frente da Colônia de Pescadores Z-45 o Sr. Pedro Antônio da Silva, primeiro presidente da Colônia. Ele ilustra, outrossim, a importância da pesca que data de tempos passados. Também revela que a história de Apinagés está concatenada à vida de muitos que a habitam. Fonte: Pedro Antonio da Silva / 2012.

5.1.3 Apinagés na resistência à desterritorialização: “não” à Usina Hidrelétrica de Marabá.

Até o presente momento, podemos dizer que já fora demonstrada, a partir das verbalizações dos sujeitos, a dinâmica histórica de Apinagés, a relação de proximidade com o rio e a importância da manutenção desta estreiteza. O formulário correspondeu a estado sistematizado dos dados. Embora alguns destes dados já tenham sido trabalhados no corpo do texto, a quintessência de todos os processos que se encerram ali ainda está longe de ser atingida.

Sabe-se, portanto, que a existência da comunidade, orquestrada a partir do conjunto já mencionado de formas alternativas de utilização das águas do rio, está sendo posta em ameaça. A construção do projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá é a causa por excelência.

Em decorrência da iminência deste projeto, vários sujeitos da comunidade reafirmam o posicionamento contrário a materialização do mesmo. Antonio Thiago Bernardo é bastante incisivo em relação ao que pensa sobre o Barramento do rio Tocantins para produção de energia:

Eu sou contra devido à história: a gente que nasceu aqui, né. E eles falam que vem progresso, mas esse progresso não interessa pra gente não, por que se a gente quisesse progresso já tínhamos ido para a cidade, assim, acompanhando aquele progresso deles (Entrevista do dia 02/02/2012).

Ponderando com opinião análoga sobre o assunto em destaque, o Sr. João Carneiro pormenoriza as razões de não concordar com este empreendimento hidroelétrico na região.

[...] sou contra, mesmo que eles façam, eu não dou meu apoio pra eles não. Sou contra porque eu tenho um sítio (...) que dá manga pra gente comer à vontade, dá caju, dá banana, dá cupu, dá acerola, dá murici, dá jaca tudo que pensar tem lá dentro. Tem um poço que dá água pra mim e todo mundo que quiser (...). Então é uma coisa fantástica (...), então tudo tá organizado. Pra botar isso, desorganiza tudo e a gente não sabe se torna a se equilibrar tudo na idade que tá. É ruim (Entrevista do dia 03/02/2012).

Um grande número de habitantes locais entrevistados opta pela permanência da vida tal qual ela é. Mesmo quem não tem o rio como elemento estruturador da vida, como é o caso do Sr. João Carneiro, que é lavrador, está em desacordo com a instalação deste projeto hidrelétrico. A tabela (4) abaixo ressalta, com clareza, a intenção dos moradores de não sair da comunidade.

TABELA 4- INTENÇÃO DE SAIR DA COMUNIDADE

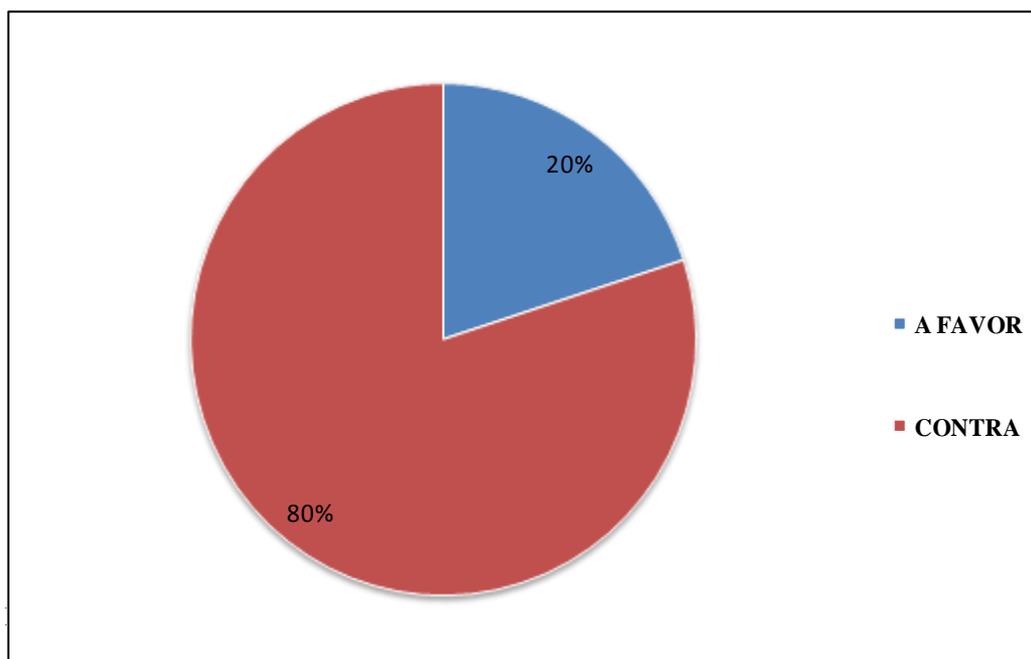
Não	44	73,3%
Sim (POR QUÊ?)		
Hidrelétrica	08	13,3 %
Família	01	1,67%
Trabalho	03	5%
Outros	04	6,67%
TOTAL DE ENTREVISTADOS	60	100%

Fonte: Dados de Campo (2011; 2012).

O deslocamento compulsório é o elemento que mais causa temor em relação à saída da comunidade. São vontades que contrastam com as intenções do AHE Marabá, pois enquanto empreendimento que pressupõe a tomada de territórios, inclusive os anteriormente ocupados, o projeto causa certa repulsa, porque desestrutura projetos de vida individuais e coletivos já estruturados e consolidados há bastante tempo (ACEVEDO & TRINDADE, 2010).

O gráfico (GRÁFICO 3) explana, de maneira semelhante e também quantificada, as diversificadas vozes contrárias á materialização do projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá na comunidade de Apinagés.

GRÁFICO 3- OPINIÕES ACERCA DO AHE MARABÁ



De um montante de 60 opiniões, foram adquiridos estes dois percentuais: 80% (48 pessoas) contra a construção da UHE Marabá e 20% (12 pessoas) a favor. São vozes que se levantam contra um futuro cheio de incertezas e, certamente, contra as experiências futuras dignas de não serem narradas, como diz Benjamin (1993), pois podem ser experiências desmoralizadas, como se tem observado nos reflexos decorrentes da construção de barragens. No que diz respeito a esta pobreza de experiência, a qual se remete Walter Benjamin, Sousa Santos (2010, p. 101) assevera que,

A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes de uma arrogância, arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar.

Embora acometida por esta arrogância da invisibilidade e pelo menosprezo de suas experiências, Apinagés é, indubitavelmente, uma comunidade de importância histórica. A sua riqueza, como se observa nas narrativas que se delinearam ao longo desta pesquisa, está desenhada na memória de muitos, sobretudo, daqueles que partilharam da história do lugar e, hoje, relatam-na tal qual ela foi e continua sendo.

Para entendermos estas narrativas, bem como o indivíduo narrador, é necessário relembra, isto é, trazer à tona os escritos de Benjamin (1993). De acordo com suas ponderações, e, levando em conta que narrar é intercambiar experiências, ele afirma que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (p.198). Identificando duas classes distintas e, ao mesmo tempo, associadas de narrador- o marujo e o camponês sedentário- o autor demonstra as características que os acompanham. O marujo é a figura que representa bem “o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições” (BENJAMIN, 1993, p. 198-199).

Não há como negar que muitos habitantes de Apinagés vieram de outras localidades, portanto, não se pode negligenciar a existência de aspectos de marujo em suas narrativas. No entanto, há a sobreposição das características da narrativa do camponês sedentário, pois o conhecimento das tradições e da história do lugar é, inegavelmente, robusto e muito amplo. Quando se trata de falar da comunidade, estes, por seu turno, não hesitam em tomar a palavra, para domá-la, e, deste modo, se transformar em narradores profícuos de sua própria história, a qual se confunde, também, com a história da comunidade.

Ler e, certamente, apreender as nuances da história daquele lugar requer uma disposição para ouvir, pacientemente, os sujeitos narradores que ali habitam. Isto é bastante satisfatório e digno de contemplação, pois, como bem lembra Benjamin (1993, p. 213), “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Mas o leitor de um romance é solitário”. Deste modo, constituir uma análise acerca da Usina hidrelétrica de Marabá nos induz a elaborar um olhar de criticidade sobre os reflexos que decorrerão da sua instalação. Um deles é o desrespeito pela memória das comunidades com importância histórica, como Apinagés.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturar este trabalho tal qual ele se apresenta foi, antes de tudo, desafiador. Viabilizá-lo, portanto, consistiu em traçar caminhos teórico-metodológicos fundamentais.

A região sudeste do Pará ganhou centralidade nas análises tecidas aqui, sobretudo, por conta do anúncio do projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá (AHE Marabá). A partir da categoria de análise fronteira, foi possível trazer à tona a dinâmica deste espaço: lugar onde convivem, simultaneamente, sujeitos com diferentes identidades, tempos históricos, cosmologias e formas de se territorializar (MARTINS 2009; MALHEIRO 2010).

Ponderando a respeito da realidade inerente à fronteira, Malheiro (2010, p. 14) nota que,

A condição histórica e geográfica da fronteira também nos mostra que a mesma se constitui como lugar da alteridade. Se tempos diferentes se encontram, formas de compreensão do mundo, costumes, valores, crenças também se encontram. [...] reconhecer o encontro de diferenças como constitutivo da fronteira é negar a leitura da homogeneidade cultural presente nos discursos do desenvolvimento e do progresso.

A partir deste viés teórico procurou-se compreender a natureza das relações encerradas neste espaço. A coexistência simultânea desta heterogeneidade de sujeitos, com suas peculiaridades em diversos sentidos, faz com que as relações sociais se pautem em conflitos de várias ordens. No sudeste do Pará, está em destaque o conflito por conta da contradição em termos de utilização das águas do rio Tocantins. Duas formas distintas de apropriação deste recurso natural estão em confronto. O AHE Marabá protagoniza, por um lado, uma forma hegemônica de uso do rio, porque tem objetivo único de gerar ganhos econômicos com a produção de energia elétrica. A sua legitimação ocorre à medida que vai deslegitimando outras formas de vida referenciadas no rio.

Iniciamos, portanto, este estudo pensando este contexto político e estratégico no qual se insere a Usina Hidrelétrica de Marabá. Neste espaço de fronteira, onde existe esta simultaneidade de sujeitos e vários outros processos, uma demanda por energia, em decorrência da efervescência da produção do aço, foi identificada. Deriva daí o entendimento

de que a região sudeste do Pará configura um espaço em que a relação capital e empresas é clara.

A partir de pesquisa bibliográfica e documental pode-se entender a associação entre o PAC e a IIRSA. As observações de cunho teóricas aqui mencionadas, em grande parte, devem a sua materialização a existência destas duas formas de aquisição de informações. Estas associações entre programas de eixos de investimentos similares, e os vários outros elementos ligados a produção do aço, formam o contexto político e estratégico mencionado inicialmente.

No momento seguinte, os caminhos teórico- metodológicos conduziram esta pesquisa à análise do arranjo de relações na órbita do projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá. Para compreender esta associação foi necessário percorrer um caminho analítico similar àquele tomado por Almeida (2009), quando aborda assunto relacionado às agroestratégias. Incipiente, portanto, foi compreender o arranjo de relações associando-o, somente, a fins lucrativos. Fomos compelidos a mencionar que, para além dos objetivos do lucro, há o estabelecimento de uma atmosfera pautada em relações de poder, nos termos de Foucault (2007), que tenta legitimar o empreendimento.

Assim sendo, o Estado, embora seja um dos pilares centrais deste empreendimento, não possui o irrestrito poder de legitimá-lo. É preciso, porém, uma articulação com grupos privados (empresas), para, desta forma, tentar torná-lo plausível. A articulação com grupos empresariais como a *CNEC WORLEY PASSOS*, *DIÁLOGO CONSULTORIA* e a *CAMARGO CORRÊA* possibilitou uma visão clara destes mercados em torno do empreendimento barrageiro em destaque. Em outro momento, procedeu-se a uma análise das estratégias de territorialização engendradas pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá.

Na perspectiva de estudo desta realidade concreta, procedemos a uma análise dos discursos em torno do AHE Marabá, levando em consideração, também, as vozes dos sujeitos locais. A partir de Dutra (2005), pode-se entender como a Amazônia é vista pelo discursos hegemônicos. Neste sentido, Bourdieu (2007) foi essencial, porque possibilitou uma visão das múltiplas formas de definição do que representa este território e as águas que estão em disputa. Ainda, através de Sousa Santos (2010) foi possível perceber o discurso do progresso alargando futuro, e, ao mesmo tempo, desconsiderando outras experiências ligadas a dinâmica das águas no sudeste do Pará. De modo geral, percebemos que os discursos sobre a hidrelétrica se estruturam pelo prolongamento do futuro e, assim, pelo desprestígio à tradição e, ainda, pela ideia da inevitabilidade da obra, no sentido de legitimar a qualquer custo a

mesma. Entretanto, evidenciamos, também, vozes como a do MAB, do Ministério Público, de comunidades indígenas, Quebradeiras de Coco Babaçu, dissonantes dos discursos oficiais.

Evidenciar, a partir da comunidade de Apinagés, esta outra forma alternativa de apropriação das águas do rio, bem com a territorialidade que ela engendra foi primordial. Por em relevo, com base nas narrativas de quem habita aquele lugar, esta outra relação com o rio, que está sendo posta em ameaça foi, aqui, o ponto central. Reconhecer a importância e, deste modo, salientar estas outras existências, subvertendo, assim, a visão da monocultura do tempo linear, como destaca Souza Santos (2010), foi proceder em sentido contrário àquele que promove o atraso e a invisibilidade humana neste espaço, conforme pondera Dutra (2005).

Por tudo isto, verificou-se em Apinagés uma territorialidade concatenada ao rio, em que múltiplas formas de apropriação das águas ganham proeminência: o rio é tido como fonte de recursos, espaço de trabalho, espaço de lazer, enfim, utilidades de naturezas diversas. É uma existência desconsiderada pelo projeto AHE Marabá e que, como se nota, se apropria do rio não só de uma forma, mas, sim, de diversas maneiras diferentes entre si.

O que está em jogo é o deslocamento compulsório dos sujeitos de Apinagés para dar lugar à territorialização do AHE Marabá, o qual parte de uma lógica pautada na monocultura do saber, nos termos de Souza Santos (2010), que não admite outras maneiras de dar racionalidade às águas, senão aquelas que produzem hidroeletricidade.

Apesar disto, muitos sujeitos da comunidade de Apinagés afirmam não concordar com este empreendimento. Deste modo, negam-se a compor a história das vítimas de deslocamento compulsório.

Nosso trabalho não se esgota nessas páginas, ainda se faz necessário prolongar ideias e reflexões que não couberam aqui em trabalhos futuros. Portanto, pretendemos continuar discutindo a temática e prolongando o conjunto de questões que se construíram ao longo do percurso desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R. E. M.; TRINDADE, J. S. B. "WAKYMÃHÃ MEKTO KHÔNHITO-NXAKAKA: projeto da hidrelétrica de Marabá-Pará" in: *Conflitos Sociais: Complexo Madeira*, Manaus, UEA Edições, 2009.

ALMEIDA, Rogério Henrique. *Carajás*, o novo cenário. Ecoa. 14 jan. 2004. Disponível em: < <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=81&mat=2675> >, acesso em: 09 de Jul. de 2009.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Agroestratégias e Desterritorialização: Os direitos Territoriais e Étnicos na Mira dos Estrategistas dos Agronegócios. In: *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE/ Comova 2009.

_____. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Editora Universidade de Brasília, 2011.

ALMEIDA, Rogério Henrique. *Araguaia-Tocantins: Fios de uma História camponesa*. 2006.

BECKER, Berta. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 2ª Ed.- Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. 6º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOGÉA, Hiroshi. *Hidrelétrica de Marabá*. Hiroshi Bogéa. 06 nov. 2007. Disponível em: < <http://www.hiroshibogea.com.br/?p=1590> >, acesso em: 09 Set. 2009.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. 11ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Encontro discute projetos de infraestrutura para América latina*. 2011. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=7209&cat=60&sec=10> > acesso em 13 Out. 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Energia 2030*; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . _ Brasília : MME : EPE, 2007.

BRUM, Eliane. *Um procurador contra Belo Monte*. Época. 05 set. 2011. < <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contra-belo-monte.html> > Acesso em 28 Jan. 2012.

CAMARGO CORRÊA S/A. *Relatório anual 2010*. 2011. Disponível em: < http://rao2010.camargocorrea.com.br/util/pdf/camargo_correa-ra_2010.pdf > acesso em: 18

Nov. 2011.

CASTRO, E. Integração Sul-Americana do IIRSA Visão do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE/ Comova 2009.

CNEC WORLEYPARSONS ENGENHARIA S.A. *Cinco décadas de tradição e inovações*. 2011. Disponível em: < <http://www.cnec.com.br/htmls/quemsomos.php> >, acesso em: 18 Nov. 2011.

COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. In: *Novos cadernos do NAEA*, v.13, n.2, p.83-102, dez.2010.

COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* Redes de distribuição de energia e desenvolvimento regional na Amazônia Oriental. In: *Novos cadernos do NAEA*, V.9, N.2, p. 99-134, dez. 2006.

CRUZ, Thiago Martinz da. *Araras – um povo no meio do caminho do capital (ou sobre as influências do projeto de construção da Hidrelétrica de Marabá sobre o PA. Castanhal Araras)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá, Marabá, 2009.

DIÁLOGO CONSULTORIA, Folder. *Aproveitamento hidrelétrico AHE Marabá: Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Socioambiental*, 2010.

ELETRONORTE, Folder. *AHE Marabá- Estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental*, 2008.

ESPIRITO SANTO: *ribeirinhos recebem hidrelétrica de Marabá*. Jornal Correio do Tocantins. Ano 26, n. 1718, 28-29 fev. 2008. Cad. 2, p. 4-5.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GARZON, Luis Fernando Nova. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. - Belém: EDUFPA, 2004

INFORMATIVO, Boletim. Edição Especial Maio de 2010: Nova Cartografia Social da Amazônia. Marabá: NCSA/UFPA, 2010.

JUNIOR, G. Borça; Puga, F.Pimentel. Perspectiva de investimentos em infraestrutura 2011-2014. In: *Visão do Desenvolvimento BNDES*. N° 92, Fevereiro de 2011.

LICENCIAMENTO Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: *Uma Contribuição para o Debate*. Volume 1: Relatório-síntese, documento do Banco Mundial, Março de 2008.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. O Plano IIRSA na visão dos atingidos por Barragens. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE/ Comova 2009.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Atingidos da Amazônia questionam projetos de barragens e de mineração na região*. 2009. Disponível em: <www.mabnacional.org.br/?q=category/tema/belo-monte> acesso em 24 Fev. 2012.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. *Lamento e dor*. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em tutela com a École Doctore Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém: UFPA, 2007.

MALHEIRO. B. C. P. *Saberes e Territórios em disputa*: construindo uma epistemologia fronteiriça. In: Anais da II SBS Norte. Belém, 2010.

MARTINS, José de Sousa. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Contexto, 2009.

METALICA. *Depois da CSA*, Vale vai acelerar a Alpa no Pará. 2010. Disponível em: <<http://www.metalica.com.br/depois-da-csa-vale-vai-acelerar-a-alpa-no-para>> acesso em: 28 jan. 2012.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. In: *Novos Cadernos do NAEA*, v.9, n.2, p.55-97, dez. 2006.

PICOLI, Fioreli. *O capital e a devastação da Amazônia*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. *Hidrelétricas na Amazônia*, 2006. Disponível em: <<http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?auteur571>> acesso em 15 de Jan: 2012.

RELATÓRIO FINAL. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Brasília- DF, 2006.

SOUZA SANTOS, B. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

TERRA NETWORKS BRASIL S.A. *TRF autoriza construção de hidrelétrica de Belo Monte*. 2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5463331EI306,00TRF+autoriza+construcao+de+hidreletrica+de+Belo+Monte.html>> acesso em 20 Jan. 2012.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ OBSERVATÓRIO DE ESTUDOS DA FRONTEIRA

FORMULÁRIO

I-IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E DO DOMICÍLIO VISITADO

1. Nome do Interlocutor: _____
2. Sexo ()M ()F.
3. Número de pessoas que moram no domicílio: () Mulheres/ Idade____
() Homens/ Idade_____
4. Locais de moradia anterior: _____/_____
5. Local de Trabalho: _____
6. Profissão_____

II. A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL

1. Há quanto tempo você mora aqui?

() Há menos de um ano () Há mais de um ano () Há mais de cinco anos

2. Você possui parentes que moram em sua comunidade?

() Sim () Não

3. Qual o lugar de lazer que você mais frequenta na comunidade?

() Rio () Bar () Campo de Futebol () Praça () Igreja () Festas/Festividades

4. Você participa de alguma atividade comunitária?

() Colônia de Pescadores () Igreja () Associação () Cooperativa () Sindicato () Clubes () Mutirão () Movimento Social () Time de Futebol

5. Quais as principais atividades culturais (festividades, aniversários...) em sua comunidade?

- 6 Qual sua principal fonte de renda?

() Pesca () Agricultura () Pecuária () Pequenos animais () Artesanato () Bolsas Governamentais () Contrato na Prefeitura () Aposentadoria () Outros_____

7. Existem formas de complementação de sua renda familiar? () Sim () Não. Se sim Qual?

() Vendas () Trabalho na cidade () Comércio () Outro trabalho no Campo () Outros

III. IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DO RIO

1. Qual a importância do rio para você e sua família?

() é fonte de recursos (água, peixe, agricultura etc)

() é espaço de trabalho

() é espaço de lazer (banhos, passeios etc).

() é onde realiza ritos e manifestações religiosas e culturais

() outros _____

() não tem importância.

2. Qual a importância do transporte fluvial, do rio para você e sua família?
a) **Hoje:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância
b) **No passado:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância

3. Qual a importância do transporte rodoviário para você e sua família?
a) **Hoje:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância
b) **No passado:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância

2. Qual a importância do transporte fluvial, do rio para você e sua família?
a) **Hoje:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância
b) **No passado:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância

3. Qual a importância do transporte rodoviário para você e sua família?
a) **Hoje:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância
b) **No passado:** () muito importante () pouco importante () nenhuma importância
4. Dentro da comunidade qual das formas de transporte abaixo você e sua família mais usa?

- () o barco
() a canoa
() a bicicleta
() a moto
() o carro
() o ônibus
() ando a pé

5. Para se deslocar para fora da comunidade, qual das formas de transporte abaixo é mais importante para você e sua família?

- () o transporte rodoviário
() o transporte fluvial
() o transporte rodo-fluvial
() o transporte aeroviário
() nenhuma

6. Qual a frequência no uso do transporte fluvial hoje?
() diariamente () semanalmente () mensalmente () semestralmente () anualmente () não usa
() sem qualquer regularidade

7. Qual a frequência no uso do transporte fluvial no passado?
() diariamente () semanalmente () mensalmente () semestralmente () anualmente () não usava () sem qualquer regularidade

VII- SOBRE A HIDRELÉTRICA

1. Identifique uma ação que poderia ser tomada pelo poder público para melhorar a sua comunidade

2. Você tem alguma intenção de sair daqui?
() Sim () Não. Por quê?
() Hidrelétrica () Família () Trabalho () Outros

3. Você é contra ou a favor à construção da Usina Hidrelétrica de Marabá?

- () Contra () A favor

4. Você se sente informado sobre o projeto da Hidrelétrica?

Bem informado Pouco informado Mal informado Nenhuma informação

5. Se a construção da Hidrelétrica ocorrer o que você acha que irá ocorrer com a comunidade?

Vai desaparecer Vai mudar de lugar Vai melhorar Não vai acontecer nada

6. Você já assinou algum documento que indique a sua saída da comunidade?

Sim Não. Qual?

Localidade: _____

Entrevistador: _____